

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório anual 2022



 **SICOOB**

# SUMÁRIO

---

**1**

**MENSAGEM DOS  
ADMINISTRADORES**  
Pág. 3

---

**2**

**RELATÓRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO**  
Pág. 5

---

**3**

**DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS**  
Pág. 21

---

**4**

**PARECER DA  
AUDITORIA**  
Pág. 73

---

**5**

**PARECER DO  
CONSELHO FISCAL**  
Pág. 77

---

**6**

**RELATÓRIO DA  
OUVIDORIA**  
Pág. 79

---

**7**

**AÇÃO SOCIAL  
2022**  
Pág. 90

---

**8**

**CANAIS DE RELACIONAMENTO  
E LINKS UTÍIS**  
Pág. 95



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

## Senhoras e Senhores associados,

A Cooperativa é atemporal, somos impulsionados pela vocação do pioneirismo e contemporâneos de todas as épocas. A cultura da qualidade e da inovação, ponto de interseção de todas as nossas iniciativas, fez evoluir a estrutura tecnológica, associada aos aprimoramentos técnicos de cada um de nós. E são essas, as forças que nos distinguem no mercado.

Vivenciamos um período de grandes desafios e incertezas decorrentes, ainda, da pandemia da Covid-19. Contudo, continuamos olhando para o futuro, confiantes que tudo é superável. Neste futuro que projetamos, ganham ainda mais relevância os associados, a sociedade, a inclusão social, a acessibilidade e o meio ambiente, como componentes-chave de nossa estratégia para realização das pessoas e o desenvolvimento sustentável das empresas e da sociedade.

Nosso DNA Sicoob, é sinônimo de ética, segurança e comprometimento com a eficiência e com a redução de custos de nossos processos e operações, imprescindíveis para um mundo cada vez mais consciente dos impactos ambientais, sociais e de governança, orientados pelas boas práticas, temos o Environmental, Social and Governance (ESG) como indicador da boa gestão corporativa.

Com a missão de contribuir para a justiça financeira, seguimos alinhados às expectativas e às necessidades dos nossos associados, por meio da oferta de soluções, produtos e serviços financeiros. E, estamos preparados para enfrentar desafios, perseguir oportunidades, e seguir nossa trajetória de geração de valor para todos aqueles que, com tanto esmero, servimos.

Nossa estratégia de presença digital, amplia e flexibiliza o acesso do associado à Cooperativa, além de reduzir nossa dependência de estruturas físicas para atendimento, que geram mais impactos ambientais e são mais expostas aos riscos de interrupções operacionais decorrentes de fatores externos. O resultando é a economia de energia, no menor risco de logística e numerários.

Em sinergia com os avanços tecnológicos, com as novas formas de interação da sociedade com os meios digitais e os novos padrões de relacionamentos, a Cooperativa vem consolidando um modelo de migração natural dos canais, para convergência, mobilidade e acessibilidade, que conecta o mundo digital a todos os serviços e produtos oferecidos no mundo físico.

Essas ações possibilitam a inclusão digital, e os ganhos obtidos por meio da economia de insumos, como papel, combustível, energia elétrica, reforçam o quadro de iniciativas ecoeficientes, refletindo em geração de valor para os associados, com respeito a individualidade, a pluralidade e a inclusão, ratificando a nossa crença no potencial transformador das pessoas.





Apesar dos desafios que esse novo ambiente representa, os Conselhos de Administração e Fiscal, a Diretoria, os colaboradores e até os terceirizados relevantes, estão, constantemente, submetidos as atualizações exigidas pelo mercado, por intermédio do Sicoob Universidade, que apresenta um Sistema de Educação Corporativa baseado em competências. Por meio desta plataforma são promovidos processos variados de aprendizagem, vinculados aos valores e ao fortalecimento da marca Sicoob, a gestão de riscos, aos objetivos e às metas da Cooperativa.

Outro ponto de destaque é o aprimoramento contínuo das boas práticas de gestão de risco Socioambiental e Climático. Alinhados a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Sicoob, essa estratégia reflete nosso compromisso com a prevenção e mitigação de riscos Socioambientais e Climáticos, na tomada de decisão das operações de crédito e no início do relacionamento com todas as partes interessadas, cujo objetivo é atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

Nesse sentido, para garantir uma agenda de trabalho relacionada com a temática Socioambiental e Climática, a Cooperativa aderiu ao Instituto Sicoob para desenvolvimento e execução de projetos sustentáveis, e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e assim, participarmos da construção de um mundo melhor, como agentes de transformação positiva, gerando valor compartilhado com sociedade, associados, colaboradores e demais parceiros.

Por fim, agradecemos a todos os colaboradores que até aqui têm nos ajudado a construir o futuro, muitas vezes de forma anônima, mas, não menos importante, com otimismo frente aos desafios que se apresentam, renovando todos os dias os seus esforços em prol da justiça financeira e do desenvolvimento do nosso País.

Carlos Ayres  
Presidente do Conselho de Administração

**“Nosso DNA Sicoob, é sinônimo de ética, segurança e comprometimento com a eficiência e com a redução de custos”**

---



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

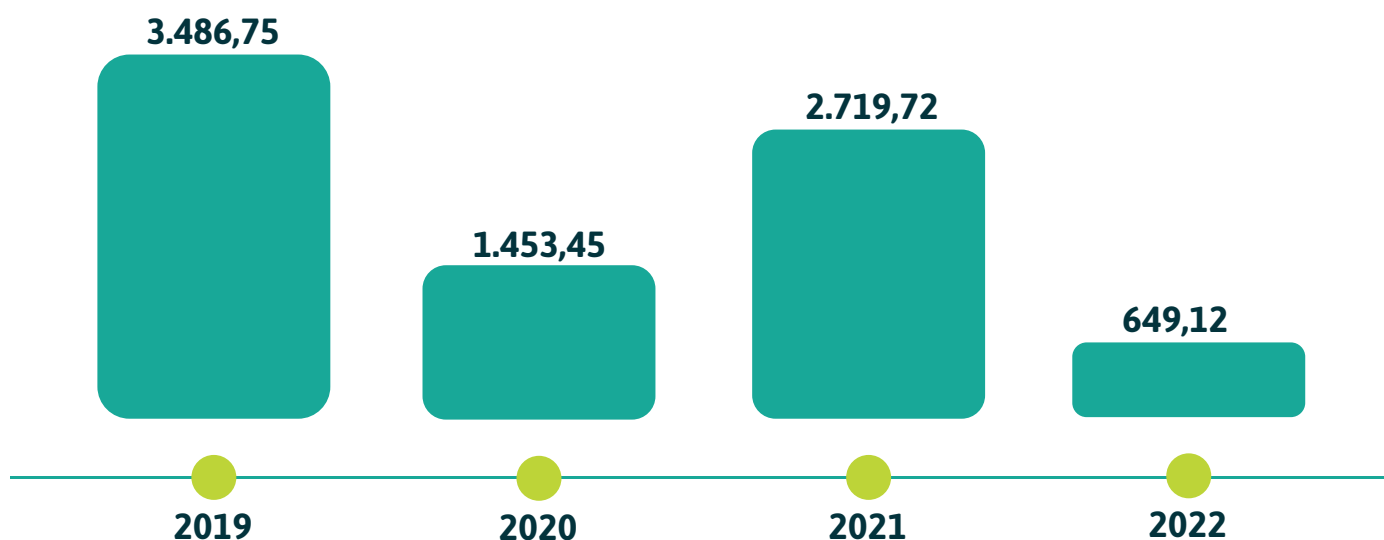
Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – Sicoob, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 1. DESTAQUES DE 2022

A Cooperativa apresentou, em 2022, resultados sofríveis. As sobras líquidas, inclusive dos atos não cooperativos, foram de R\$649.122,64 (seiscentos e quarenta e nove mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), antes da destinação específica para os fundos estatutários. No início do ano, trabalhávamos com uma taxa de custo de oportunidade do dinheiro de 0,73% ao mês. Em dezembro essa taxa saltou para 1,12% ao mês, ou seja, o custo de oportunidade do dinheiro aumentou 0,39%. Em contrapartida, a taxa de juros média de nossas operações de crédito, passou de 1,38% ao mês, em janeiro, para 1,45% ao mês, em dezembro, ou seja, 0,07% a mais. Essa pequena variação não foi suficiente para trazer melhores resultados para a Cooperativa.

### SOBRAS em mil reais



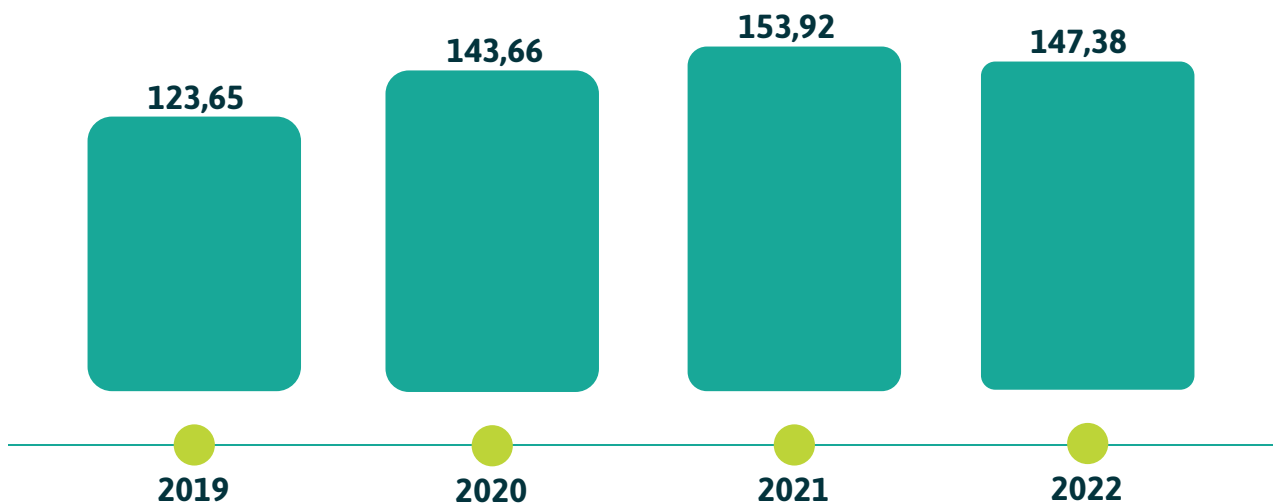


## Crédito e Captação

O Crédito apresentou uma pequena redução em 2022, alcançando o valor de R\$147,38 milhões em 31/12/2021. A maior parte das operações (72,9%) foram para as pessoas físicas, enquanto apenas 26,9% foram para as pessoas jurídicas. As provisões da carteira para crédito de liquidação duvidosa reduziram de 9,72% da carteira, em 2021, para 9,23% em 2022. Quanto à captação, o valor dos depósitos totais foi de R\$118 milhões, no final do ano, uma redução de 1,5% em relação ao ano anterior.

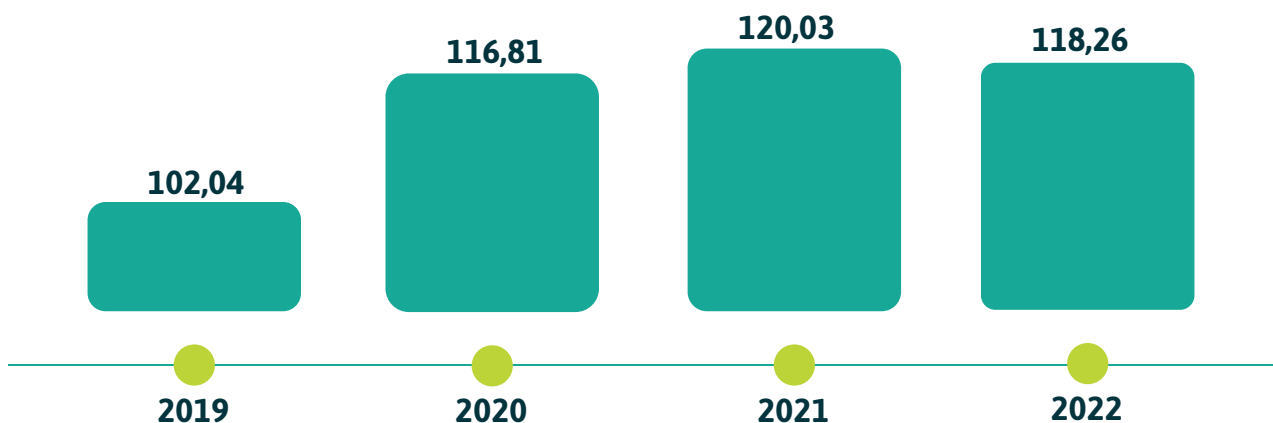
### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

em milhões de reais



### DEPÓSITOS

em milhões de reais





## 2. FOCO ESTRATÉGICO

São nos momentos de maiores dificuldades que a visão estratégica sobre o negócio se torna ainda mais importante. Além disso, a tempestividade da tomada de decisão é, igualmente, crucial. Não basta saber os rumos dos negócios se a decisão sobre os ajustes necessários aos novos rumos, não ocorrer no tempo adequado. Pode-se, com isso, determinar o fracasso de todo o planejamento.

A Cooperativa manteve, durante todo o ano passado, um acompanhamento contínuo do planejamento estratégico, por meio dos indicadores selecionados. Dessa forma, o Conselho de Administração tomou, no final do ano, uma importante decisão, encerrar as atividades presenciais em mais duas agências. Essas agências continuaram a existir prestando, apenas, atendimento remoto a seus associados. Essa experiência não é nova na Cooperativa, já existe desde sua fundação, há 26 anos. Porém, nunca ocorreu com associados residentes na mesma localidade da agência, que é o que se trata dessa nova forma de fazer negócios. Atualmente, em ambas as agências, o percentual dos associados que se utilizam de serviços digitais ultrapassa 95%. Faltariam, portanto, menos de 5% dos associados, para adotar o relacionamento digital. Provavelmente, esses associados ainda adotam os serviços presenciais, simplesmente porque esses estavam disponíveis. No momento em que se tornar necessário adotar os serviços digitais, temos certeza de que isso irá ocorrer. Prova disso está nos números da Agência Embrapa, que ficou fechada por quase dois anos e mais de 99% dos seus associados passaram a utilizar os canais digitais.

O grande desafio para os tempos futuros é prover serviços digitais de qualidade, onde o associado possa encontrar todas as soluções para suas necessidades sem que, necessariamente, tenha que recorrer ao atendimento presencial. A Cooperativa está construindo uma nova parceria, nesse sentido, buscando junto a novos fornecedores, por soluções para a implantação do SAC 4.0, Serviço de Atendimento ao Cooperado de última geração.



**“O grande desafio para os tempos futuros é prover serviços digitais de qualidade”**



### 3. CONTAS DIGITAIS

Outro ponto importante, é o crescimento da abertura de contas digitais. Esse número vem crescendo de ano para ano. Em 2022, 66,6% dos novos associados tiveram sua adesão por meio de canais digitais. Mas o maior desafio será tornar esses associados em cooperativistas e, não somente, meros usuários de serviços financeiros.

**“O maior desafio será tornar esses associados em cooperativistas”**



### 4. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está presente na forma de fazermos negócios e, também, no comprometimento que temos em fomentar o desenvolvimento do País. Buscamos crescimento contínuo, mas respeitamos os públicos com os quais nos relacionamos, as comunidades onde estamos presentes e o meio ambiente.

A percepção de que caminhamos em direção à transição para uma nova economia, com oportunidades e desafios de desenvolvimento, nos leva a incorporar, cada vez mais, aspectos sociais, ambientais e climáticos na gestão da Cooperativa, a fim de garantir perenidade e o sucesso de longo prazo da Instituição.

A Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Sicoob foi, definitivamente, implementada e uma avaliação a respeito do impacto do crédito, passou a ser exigida em todas as operações aprovadas pela Cooperativa, para os associados “Pessoa Jurídica”.

Um dos objetivos estratégicos estabelecidos para 2023 é a implantação da ESG. (A sigla ESG, que vem do inglês Environmental, Social and Corporate Governance, ou seja, Governança Ambiental, Social e Corporativa). É uma avaliação da consciência coletiva de uma empresa para fatores sociais, ambientais e climáticas. As ações estratégicas previstas são: Implantação da ISO 37301 - Sistema de Gestão de Compliance, Implantação das boas práticas da ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental e Implantação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709).

## 5. GERAÇÃO DE VALOR

A inadimplência de 90 dias permaneceu estável em 4,0% da carteira, comparado com 4,05% em 2021. A inadimplência cresceu para as pessoas físicas, passando de 2,27%, para 4,05%. Para as pessoas jurídicas, o INAD90 passou de 8,5%, em 2021, para 3,9%, em 2022.

O Índice de Eficiência Padrão apresentou um pequeno crescimento, em termos de valores, passando de 61,33%, em 2021, para 69,26% em 2022. Já o IEP ajustado ao risco, passou de 74,51% em 2021, para 87,68% em 2022.

O Índice de Basiléia apresentou uma redução, passando de 19,1% em 2021 para 14,5% em 2022. Essa redução foi causada, principalmente, pela redução do Índice de Centralização Financeira de 30% para 22,5%. Essa redução permitiu uma expressiva economia na tomada de recursos junto ao Banco Sicoob.

O Patrimônio de Referência passou de R\$ 27,1 milhões em 2021, para R\$ 20,2 milhões em 2022. Os ativos totais passaram de R\$ 208,5 milhões, em 2021, para R\$ 207,9 milhões, em 2022.

A Cooperativa registrou um crescimento do patrimônio líquido de 2,1%, em 2022, alcançando o valor de R\$ 49,6 milhões, no final do exercício. Nos últimos 4 anos, o crescimento do Patrimônio Líquido foi de 33,2%.

Um outro indicador importante são os ativos da Cooperativa, ou seja, seus haveres. Em 2022, os ativos alcançaram a cifra de R\$ 207,9 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior. Nos últimos 4 anos, os ativos totais cresceram 29,4%.

O grau de imobilização atingiu 25,1%, dentro do limite máximo de 50% estipulado pelo Banco Central do Brasil.



**“A Cooperativa registrou um crescimento do patrimônio líquido de 2,1%, em 2022.”**

A partir de 2021, o Estatuto Social estabeleceu que 60% das sobras serão destinadas à formação das Reservas Legais. Dessa forma, essas passaram de R\$ 13,3 milhões ao final de 2021, para R\$ 13,8 milhões em dezembro de 2022, uma variação de 3,3%, no ano. Nos últimos 4 anos as Reservas Legais cresceram 64,9%.

A Cooperativa incentiva uma política de capitalização contínua por parte de seus associados. Essa política garante o cumprimento de regras do Banco Central do Brasil em consonância com o disposto no Acordo de Basiléia III. Em 31/12/2022, o capital social alcançou o valor de R\$ 34,3 milhões, um decréscimo de 2,4% em relação aos R\$ 35,2 milhões alcançado em 2021. O crescimento do capital social nos últimos 4 anos foi da ordem de 19,1%.

De acordo com a Lei Complementar nº 130, de 17/04/2009, o capital social dos associados pode ser remunerado, no máximo, pela variação anual da taxa básica de juros da economia (SELIC), determinada pelo Conselho de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil. Os juros ao capital foram creditados na conta capital de cada associado em 31/12/2022. Em valores, o pagamento total de juros foi de R\$ 1,1 milhões.

**“A Cooperativa incentiva uma política de capitalização contínua por parte de seus associados.”**



## 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Operações de Crédito alcançaram a cifra de R\$ 147,4 milhões em 2022. Foram 6.688 empréstimos realizados, uma média de 557 operações de crédito por mês ou 25 por dia. Do total de operações, 60,7% foram empréstimos consignados em folha. As demais, com desconto em conta corrente, com risco mais elevado. Assumimos este risco para atender aos associados que, na sua maior parte, não têm limite de consignação no SIAPE. Em contrapartida exigimos mais garantias.

Em valores, a maior carteira é formada por operações consignadas em folha, totalizando R\$ 89,8 milhões. Em seguida são as operações de capital de giro para empresas com prazo superior a 365 dias, no valor de R\$ 36 milhões. O crédito pessoal sem consignação em folha é a terceira maior carteira, com R\$ 15 milhões em operações. As demais operações de crédito, incluindo cheque especial e conta garantida, totalizaram R\$ 6,6 milhões.

## 7. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A Cooperativa continua a fazer altos investimento em tecnologia e inovação para atender seus associados. As soluções de atendimento remoto continuam a ser priorizadas, pois entende-se que este é o caminho preferido de grande parte dos associados. As plataformas locais estão sendo modernizadas e novos sítios tecnológicos encontram-se em plena construção.

Nossas agências já atendem em horário diferenciado do sistema bancário, a partir das 10h da manhã. E na Agência Virtual, o atendimento começa às 8h e termina às 20h. O desafio é implantar uma nova estrutura de atendimento até às 22h, de segunda a sexta-feira. Espera-se, dessa forma, atender os associados em horário ampliado, fora da agência.



**“A Cooperativa continua a fazer altos investimentos em tecnologia e inovação para atender seus associados.”**

## 8. ASSOCIADOS

O quadro associativo da Cooperativa permaneceu, praticamente, inalterado em 2022. Encerramos o ano com 11.426 associados. Nos últimos 4 anos, o crescimento foi de 4%. Durante esse período, muitas contas inativas foram encerradas por desinteresse comercial. A Cooperativa prioriza o crescimento qualitativo de seu quadro social.



## 9. ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

- **Agência Virtual – PA 00**

Marilia Cunha Rodrigues – Gerente  
Ana Caroliny Araujo da Silva  
Edmilla Pereira Machado  
Rayssa Ribeiro Amâncio

- **Agência Embrapa – PA 01**

Samia Khalil Abder de Carvalho Rahman – Gerente  
Rafaela Rodrigues Pereira – Gerente de Relacionamento  
Alessandra Silva de Brito

- **Agência – PA 02**

Karoline Pontes Pereira – Gerente  
Alex Lourenço Farias  
Aline Athayde da Silva Buril  
Maria Aparecida Meireles Vieira  
Shellen Araújo Varela da Costa

- **Agência Alexânia – PA 04**

Janaina Leite de Paiva – Gerente  
Crislaine Alves Rabelo – Gerente de Relacionamento  
Eduarda da Rocha Cabral  
Rayane dos Santos Oliveira  
Yasmin Sthefane Nogueira Silva

- **Agência Digital – PA 97**

Adriana de Sousa Nunes Valadão  
Gabriela Matos de Sousa  
Mariana Rodrigues da Silva

---

# 10. UNIDADE ADMINISTRATIVA - UAD

- **Assessoria de Comunicação**

Alisson Carvalho de Matos – Supervisor  
Kamilla Reis Amorim

- **Setor de Atendimento ao Cooperado (Agência Virtual)**

Maria Rosânia da Conceição Silva – Supervisora  
Elizabeth Maria Malveira de Oliveira  
Fabiana Fernandes Oliveira  
Francisca Leidiane Galvão de Araújo Mendes  
Gabriel Amoras de Moraes Medeiros Vale da Costa  
João Victor Cardoso dos Santos  
João Victor Silva de Oliveira  
Karine Rodrigues Carvalho  
Ludmylla de Sousa Leal  
Luís Fernando Ferreira da Silva  
Thaise de Araujo Gomes  
Weslayne Gonçalo de Andrade

- **Setor de Crédito**

Jovânia de Castro Magalhães – Supervisora  
Ramon Rodrigues de Oliveira Rocha – Supervisor  
Yane Oliveira Costa – Supervisora  
Daniela Braz do Nascimento  
Keylla Ramos Dias  
Letícia Hellen Silva Santos  
Rodrigo Figueiredo da Silva

- **Setor de Recuperação de Crédito**

Adriana Régila Fernandes de Andrade Muniz – Supervisora  
Deise Sales de Araújo  
Regilene Nery da Cruz  
Yuri Bezerra de Abreu

## 10. UNIDADE ADMINISTRATIVA - UAD

- **Setor de Documentação e Cadastro**

Patrícia Raugusto Diniz – Supervisora  
Gabrielle Oliveira de Oliveira  
Girlene Alves Pereira dos Santos Nascimento  
Vanilça Lucia de Souza  
Sueli Costa Silva Campos  
Leonardo Moreira Braga - Aprendiz

- **Setor Financeiro**

Alison Miller Lacerda Nunes – Supervisor  
Clayton Alisson Rodrigues Mendes  
Flávia Gonçalves de Miranda Andrade  
Marcelo Carvalho Trindade Aguiar  
Márcio de Sousa Lima

- **Setor de Gestão de Pessoas**

Taynara Rodrigues Abreu – Supervisora  
Kely Marinho de Abreu

- **Setor de Patrimônio e Logística**

Kalliane Souza dos Anjos – Supervisora  
Lindoal Barbosa de Santana

- **Setor de Qualidade e Compliance**

Ana Cecília de Oliveira Magalhães Silva - Supervisora  
Marina Marce Barbosa

- **Setor de Tecnologia da Informação**

Eduardo Araújo da Silva - Supervisor  
Matheus Nascimento de Oliveira

---

# 11. GOVERNANÇA COOPERATIVA

A Governança Cooperativa é um modelo de direção estratégica fundamentado nos valores e nos princípios cooperativistas que estabelece práticas éticas visando garantir a consecução dos objetivos sociais e assegurar a gestão da Cooperativa de modo sustentável em consonância com os interesses dos cooperados (OCB, 2016).

Visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação dos associados na gestão da Cooperativa e à aplicação de princípios de segregação de funções, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e de prestação de contas da Cooperativa.

**Representação e participação dos associados** – Na Cooperativa os associados são representados por 24 (vinte e quatro) Delegados eleitos em Assembleia Geral do grupo seccional a que se vinculam.

**Direção estratégica** – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva reúnem-se, mensalmente, com vistas ao cumprimento de suas atribuições e responsabilidades estatutárias. Essas reuniões favorecem o pleno exercício da direção estratégica da Cooperativa. A Cooperativa mantém, desde 2009, total segregação entre os poderes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Tanto os Conselheiros de Administração, como a Diretoria Executiva foram eleitos na AGO/2020, para cumprirem um mandato de 4 anos.

**Gestão executiva** – A Diretoria Executiva trabalha sob a égide do código de ética do Sicoob buscando sempre o pleno atendimento das necessidades dos cooperados. Ela tem como foco de sua atuação as operações de crédito e de assistência financeira aos associados. Preza pela correta execução das políticas de qualidade, de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo e de gerenciamento de riscos. Cuida da política de comunicação e marketing. Exerce, enfim, todas as atribuições delegadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

**Fiscalização e controle** – A Cooperativa é fiscalizada pelo Conselho Fiscal, pelos auditores e responsáveis pelo controle interno e risco do Sicoob Nova Central e por uma auditoria externa independente. Os Conselheiros Fiscais foram eleitos na AGO/2022 para cumprirem um mandato de 3 anos.



# 11. GOVERNANÇA COOPERATIVA

## • Conselho de Administração

Carlos Henrique Simões Ayres – Presidente

Marcos Carlos – Vice-Presidente

Almir Felipe dos Santos

Glocimar Pereira da Silva

Jairo Vidal Vieira

Júlio José Modtkowski

Kepler Euclides Filho

Ruy Rezende Fontes

## • Conselho Fiscal

Susy Darlen Barros da Penha – Coordenadora

Cleuber Oliveira – Conselheiro Efetivo

Luiz Antônio Teston – Conselheiro Efetivo

Gisseli Silva Trompieri – Conselheira Suplente

Waldir Marques Giusti – Conselheiro Suplente

## • Diretoria Executiva

Sílvia Regina Alves da Silva – Diretora-Presidente

Rosilene Pontes Lima – Diretora Administrativa-Financeira



### • Delegados Efetivos

Adalberto Azevedo Barbosa - **AP** - Embrapa Amapá  
 Antônio Alves Cardoso - **PI** - Embrapa Meio Norte - Parnaíba  
 Antônio Evandro Ferreira Lima Junior - **CE** - Embrapa Caprinos e Ovinos  
 Carlos Antônio da Silva - **PE** - Embrapa Semiárido  
 Carmelita do Espírito Santo - **RJ** - Embrapa Agrobiologia / Agroind. de Alimentos  
 Edmar Vieira - **GO** - Embrapa Arroz e Feijão  
 Eliane Maria de Oliveira - **PB** - Embrapa Algodão  
 Emídio Casagrande - **PR** - Embrapa Soja  
 Evelinne Maria B. de Araújo C. Feitoza - **CE** - Embrapa Agroindústria Tropical  
 Fabrício Eudo dos Santos - **PA** - Embrapa Amazônia Oriental  
 Joel Sebastião Lamóglia - **SE** - Embrapa Tabuleiros Costeiros  
 José Américo Bordini do Amaral - **DF** - Embrapa Sede  
 José Reinaldo Alves Borges - **BR** - Aposentados  
 Maria Aparecida Viegas Martins - **MS** - Embrapa Agropecuária Oeste  
 Maria das Graças de Pinho - **DF** - Embrapa Hortaliças  
 Maria Marluca Lemos - **RO** - Embrapa Rondônia  
 Marnine Lima de Aguiar - **AM** - Embrapa Amazônia Ocidental  
 Miguel Ageu de Faria Gonçalves - **MS** - Embrapa Pantanal  
 Nizael Francislei Rosa - **SP** - Embrapa São Carlos  
 Quintino Izídio dos Santos - **MS** - Embrapa Gado de Corte  
 Telmo Luiz de Araújo - **RS** - Embrapa Clima Temperado  
 Tiago de Freitas Borges - **DF** - PA02  
 Ulisses Rogério Mendes - **SP** - Embrapa Jaguariúna / Campinas  
 Vera Lucia Maria dos Santos - **PI** - Embrapa Meio-Norte

### • Delegados Suplentes

Adalberto Pinheiro Nery - **PA** - Embrapa Amazônia Oriental  
 Alexandre Rita da Conceição - **SP** - Embrapa Jaguariúna / Campinas  
 Antônio Argemiro Bastos Varjão - **AM** - Embrapa Amazônia Ocidental  
 Antônio Carlos Morasco - **SP** - Embrapa São Carlos  
 Antônio Filomeno Rodrigues - **CE** - Embrapa Caprinos  
 Antônio Lúcio Gomes de Souza - **RJ** - Embrapa Agrobiologia / Agroind. de Alimentos  
 Arnaldo Santos Rodrigues - **SE** - Embrapa Tab. Costeiros  
 Edmilson de Moura Dantas Junior - **PE** - Embrapa Semiárido  
 Hildeberto Valle Petzold - **MS** - Embrapa Pantanal  
 Jordanna Maria B. de Araújo C. Feitoza - **CE** - Embrapa Agroindústria Tropical  
 José Luiz de Paiva Silva - **RS** - Embrapa Clima Temperado  
 Leandro Fernandes Damasceno - **AP** - Embrapa Amapá  
 Luzia Feitosa de Oliveira - **RO** - Embrapa Rondônia  
 Maria Solange Martins - **MS** - Embrapa Gado de Corte  
 Martha Rita Fernandes Ventura - **MS** - Embrapa Agropecuária Oeste  
 Qfrance de Lira Brito - **PB** - Embrapa Algodão  
 Samuel Silva da Mata - **BR** - Aposentados  
 Shirlene Moraes Rodopoulos - **DF** - PA 02  
 Valdomiro Pereira da Silva Farias - **GO** - Embrapa Arroz e Feijão

## 12. GESTÃO DE RISCOS

Administrar riscos é a essência da nossa atividade e uma responsabilidade de todos os colaboradores.

Para nós, sustentabilidade e satisfação do associado é fazer apenas negócios que são bons para todos. Por isso, nossa cultura de riscos vai além de políticas, procedimentos e processos. Fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores. Avaliamos cuidadosamente, a relação de risco e retorno, com o devido apreçamento do risco. Nossos negócios, produtos e serviços são diversificados, pois não temos apetite por volatilidade. Buscamos a excelência operacional. Queremos ser uma instituição ágil, com infraestrutura adequada e estável. Promovemos um ambiente institucional íntegro, com ética e respeito à regulação, pois zelamos por nossa reputação. A Gestão de Riscos está normatizada pelas Políticas Institucionais e Manuais de Instruções Gerais aprovados pelo Conselho de Administração. Os principais tipos de riscos que devem ser mitigados são: risco de mercado e liquidez, risco de crédito, risco operacional e risco de segurança cibernética e da informação. O gerenciamento de riscos objetiva garantir a aderência às normas vigentes de forma a minimizar os riscos, por meio das boas práticas de gestão.

## 13. COMPLIANCE E ÉTICA

A **Gestão de Segurança Corporativa e de Prevenção a Corrupção – Compliance**, tem a missão de zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio. É responsabilidade de todos conhecer e seguir as diretrizes da Política de *Compliance*, inclusive, promover, incentivar e participar de treinamentos anticorrupção.

A ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com nossos públicos, na qualidade dos nossos serviços e produtos e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade Socioambiental e Climático. Esses princípios éticos também se expressam nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a organização e para a sociedade. A Cooperativa é aderente ao Código de Ética institucional do Sicoob. Durante o ano de 2022, nenhuma vez a Comissão de Ética precisou ser acionada, mostrando o comprometimento dos Dirigentes com os princípios morais e éticos da organização.

---

## 14. AGRADECIMENTO

A confiança e o apoio dos associados, bem como o esforço e o primoroso trabalho dos nossos colaboradores e Delegados, contribuíram para ampliar as realizações e resultados do ano. Essa rede de relações nos motiva e nos impulsiona a buscar, continuamente, a superação de expectativas e obter avanços cada vez mais consistentes. Não podemos deixar de registrar os agradecimentos aos Conselheiros Fiscais que dedicaram longas horas de trabalho ao acompanhamento dos atos de gestão e dos resultados ao longo do ano. Tão pouco podemos ignorar o apoio recebido da equipe do Sicoob Nova Central e da CNAC que, ao longo de todo exercício nos apoiou e contribuiu sobremaneira para que esses resultados pudessem ser alcançados. A todos, os nossos agradecimentos.

Brasília, 24 de março de 2023  
Conselho de Administração e Diretoria Executiva





# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – Sicoob, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

# 1. BALANÇOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>	<b>207.893.964,36</b>	<b>208.501.213,68</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.500.751,40</b>	<b>1.810.875,10</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>212.636.246,02</b>	<b>191.057.524,57</b>
Títulos e Valores Mobiliários	28.663.600,74	-
Relações Interfinanceiras	36.012.810,19	36.570.262,08
Centralização Financeira	36.012.810,19	36.570.262,08
Operações de Crédito	146.401.987,41	153.428.665,11
Outros Ativos Financeiros	1.557.847,68	1.058.597,38
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>(13.601.422,65)</b>	<b>(14.955.165,07)</b>
(-) Operações de Crédito	(12.753.122,94)	(14.596.533,57)
(-) Outras	(848.299,71)	(358.631,50)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>12.606,52</b>	<b>4.088,96</b>
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	12.606,52	4.088,96
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>2.260.286,45</b>	<b>1.824.162,53</b>
Outros ativos	2.260.286,45	1.824.162,53
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>22.862.406,43</b>
Investimentos	-	22.862.406,43
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>9.604.764,66</b>	<b>10.351.533,16</b>
Imobilizado de Uso	9.604.764,66	10.351.533,16
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>176.190,58</b>	<b>161.713,58</b>
Intangível	176.190,58	161.713,58
<b>(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(4.695.458,62)</b>	<b>(4.615.925,58)</b>
(-) Depreciações e Amortizações	(4.695.458,62)	(4.615.925,58)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>207.893.964,36</b>	<b>208.501.213,68</b>

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>207.893.964,36</b>	<b>208.501.213,68</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>118.260.075,91</b>	<b>120.028.128,73</b>
Depósitos à Vista	25.591.896,02	28.420.772,70
Depósitos Sob Aviso	41.976,90	37.373,82
Depósitos a Prazo	92.626.202,99	91.569.982,21
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>33.206.341,36</b>	<b>32.971.618,03</b>
Relações Interfinanceiras	1.651.561,06	-
Repasses Interfinanceiros	1.651.561,06	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	31.494.936,82	32.878.571,58
Outros Passivos Financeiros	59.843,48	93.046,45
<b>PROVISÕES</b>	<b>530.438,71</b>	<b>546.106,67</b>
Provisões	530.438,71	546.106,67
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>319.792,05</b>	<b>284.376,32</b>
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	319.792,05	284.376,32
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>7.003.851,09</b>	<b>5.042.309,54</b>
Outros Passivos	7.003.851,09	5.042.309,54
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>48.573.465,24</b>	<b>49.628.674,39</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>34.307.164,17</b>	<b>35.160.197,48</b>
Capital Social	34.307.164,17	35.160.197,48
<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>13.765.449,96</b>	<b>13.325.023,55</b>
Reserva de Sobras	13.765.449,96	13.325.023,55
<b>SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS</b>	<b>500.851,11</b>	<b>1.143.453,36</b>
Sobras ou Perdas Acumuladas	500.851,11	1.143.453,36
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>207.893.964,36</b>	<b>208.501.213,68</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>15.937.365,69</b>	<b>31.308.934,67</b>	<b>31.371.954,91</b>
Operações de Crédito	13.890.053,58	27.197.847,50	29.604.596,23
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.047.312,11	4.111.087,17	1.767.358,68
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(11.763.033,82)</b>	<b>(20.232.956,66)</b>	<b>(14.463.235,47)</b>
Operações de Captação no Mercado	(6.139.261,27)	(10.945.623,60)	(3.916.848,26)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.891.856,63)	(3.761.592,09)	(1.871.065,23)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(3.731.915,92)	(5.525.740,97)	(8.675.321,98)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.174.331,87</b>	<b>11.075.978,01</b>	<b>16.908.719,44</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.498.057,03)</b>	<b>(9.157.436,51)</b>	<b>(12.342.848,11)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	914.628,96	1.871.918,73	2.295.661,23
Rendas de Tarifas	382.112,68	741.591,80	867.005,21
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.943.144,85)	(9.492.153,58)	(8.749.156,52)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(3.727.669,40)	(7.489.364,77)	(7.878.019,94)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(77.519,32)	(173.660,07)	(215.411,79)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	4.511.141,44	6.455.665,90	2.288.638,48
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(557.606,54)	(1.071.434,52)	(951.564,78)
<b>PROVISÕES</b>	<b>(13.601,15)</b>	<b>(37.586,74)</b>	<b>(261.478,07)</b>
Provisões/Reversões para Contingências	8.130,48	(23.150,62)	(112.243,21)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(21.731,63)	(14.436,12)	(149.234,86)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>662.673,69</b>	<b>1.880.954,76</b>	<b>4.304.393,26</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>(969,96)</b>	<b>(11.432,08)</b>	<b>7.577,43</b>
Outras Receitas e Despesas	(969,96)	(11.432,08)	7.577,43
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>661.703,73</b>	<b>1.869.522,68</b>	<b>4.311.970,69</b>
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	661.703,73	1.869.522,68	4.311.970,69
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(127.817,24)</b>	<b>(127.817,24)</b>	<b>(101.178,87)</b>
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados	(73.509,24)	(73.509,24)	(52.128,77)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados	(54.308,00)	(54.308,00)	(49.050,10)
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>533.886,49</b>	<b>1.741.705,44</b>	<b>4.210.791,82</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>	<b>336.574,94</b>	<b>(1.092.582,80)</b>	<b>(1.491.075,08)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>870.461,43</b>	<b>649.122,64</b>	<b>2.719.716,74</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



### 3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>533.886,49</b>	<b>1.741.705,44</b>	<b>4.210.791,82</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>533.886,49</b>	<b>1.741.705,44</b>	<b>4.210.791,82</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>34.961.149,56</b>	<b>(1.417.537,58)</b>	<b>11.632.625,70</b>	<b>60.567,81</b>	<b>508.707,88</b>	<b>45.745.513,37</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	(108.707,88)	(108.707,88)
Distribuição de sobras para associados	393.561,59	0,00	0,00	0,00	(400.000,00)	(6.438,41)
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	3.208.361,14	(246.549,57)	0,00	0,00	0,00	2.961.811,57
Por Devolução (-)	(3.197.611,38)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.197.611,38)
Estorno de Capital	(2.246,42)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.246,42)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>191.552,50</b>	<b>191.552,50</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.210.791,82</b>	<b>4.210.791,82</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.491.075,08)	(1.491.075,08)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.461.070,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.461.070,14
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	1.631.830,04	0,00	(1.631.830,04)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(135.985,84)	(135.985,84)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>36.824.284,63</b>	<b>(1.664.087,15)</b>	<b>13.264.455,74</b>	<b>60.567,81</b>	<b>1.143.453,36</b>	<b>49.628.674,39</b>

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>36.824.284,63</b>	<b>(1.664.087,15)</b>	<b>13.264.455,74</b>	<b>60.567,81</b>	<b>1.143.453,36</b>	<b>49.628.674,39</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	(443.453,36)	(443.453,36)
Distribuição de sobras para associados	688.365,80	0,00	0,00	0,00	(700.000,00)	(11.634,20)
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.952,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.952,83</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	3.115.600,13	(224.321,94)	0,00	0,00	0,00	2.891.278,19
Por Devolução (-)	(5.505.052,04)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.505.052,04)
Estorno de Capital	(2.050,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.050,09)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>273.658,18</b>	<b>273.658,18</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.741.705,44</b>	<b>1.741.705,44</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.092.582,80)	(1.092.582,80)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.074.424,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.074.424,83
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	389.473,58	0,00	(389.473,58)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(32.456,13)	(32.456,13)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>36.195.573,26</b>	<b>(1.888.409,09)</b>	<b>13.704.882,15</b>	<b>60.567,81</b>	<b>500.851,11</b>	<b>48.573.465,24</b>

## 4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
<b>Saldos em 30/06/2022</b>	35.835.096,28	(1.764.502,13)	13.264.455,74	60.567,81	(221.338,79)	47.174.278,91
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00	50.952,83	0,00	0,00	50.952,83
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.547.167,67	(123.906,96)	0,00	0,00	0,00	1.423.260,71
Por Devolução (-)	(2.260.407,65)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.260.407,65)
Estorno de Capital	(707,87)	0,00	0,00	0,00	0,00	(707,87)
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	273.658,18	273.658,18
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	533.886,49	533.886,49
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	336.574,94	336.574,94
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.074.424,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.074.424,83
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	389.473,58	0,00	(389.473,58)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(32.456,13)	(32.456,13)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	36.195.573,26	(1.888.409,09)	13.704.882,15	60.567,81	500.851,11	48.573.465,24

## 5. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXAS

DESCRIÇÃO	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>661.703,73</b>	<b>1.869.522,68</b>	<b>4.311.970,69</b>
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(3.039.697,28)	(3.039.697,28)	-
Distribuição de Sobras e Dividendos	(844.608,04)	(1.996.936,81)	(901.776,96)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	3.731.915,92	5.525.740,97	8.675.321,98
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	21.731,63	14.436,12	149.234,86
Provisões/Reversões para Contingências	(8.130,48)	23.150,62	112.243,21
Depreciações e Amortizações	370.366,90	793.562,60	909.708,86
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>893.282,38</b>	<b>3.189.778,90</b>	<b>13.256.702,64</b>

### (Aumento)/Redução em Ativos Operacionais

Títulos e Valores Mobiliários	(3.884.305,32)	(5.801.194,31)	-
Operações de Crédito	1.193.953,81	719.003,95	(17.350.261,66)
Outros Ativos Financeiros	(446.739,50)	(1.071.059,94)	(743.981,79)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(1.880,85)	(8.517,56)	2.240,93
Outros Ativos	(85.124,93)	(436.123,92)	844.168,11

## 5. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXAS

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>			
Depósitos à Vista	3.420.957,48	(2.828.876,68)	3.621.522,94
Depósitos sob Aviso	2.593,59	4.603,08	(23.934,62)
Depósitos a Prazo	964.292,43	1.056.220,78	(376.206,07)
Relações Interfinanceiras	1.651.561,06	1.651.561,06	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.219.466,78)	(1.383.634,76)	(936.451,58)
Outros Passivos Financeiros	(54.576,32)	(33.202,97)	(63.053,01)
Provisões	(21.973,60)	(53.254,70)	(24.923,96)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	43.495,27	27.322,56	43.197,84
Outros Passivos	(1.528.595,16)	868.958,75	(159.084,03)
FATES - Atos Cooperativos	(32.456,13)	(32.456,13)	(135.985,84)
Outras Destinações	-	(443.453,36)	(108.707,88)
Imposto de Renda Pago	(73.509,24)	(73.509,24)	(52.128,77)
Contribuição Social Pago	(46.214,83)	(46.214,83)	(49.050,10)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(5.224.706,64)</b>	<b>(4.694.049,32)</b>	<b>(2.255.936,85)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	844.608,04	1.996.936,81	901.776,96
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	3.039.697,28	3.039.697,28	-
Aquisição de Intangível	-	(14.477,00)	(1.399,94)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(93.327,60)	32.738,94	(207.954,64)
Aquisição de Investimentos	-	-	(3.578.990,88)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>3.790.977,72</b>	<b>5.054.896,03</b>	<b>(2.886.568,50)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	1.423.260,71	2.891.278,19	2.961.811,57
Devolução de Capital à Cooperados	(2.260.407,65)	(5.505.052,04)	(3.197.611,38)
Estorno de Capital	(707,87)	(2.050,09)	(2.246,42)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(11.634,20)	(6.438,41)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.074.424,83	1.074.424,83	1.461.070,14
Reversão/Realização de Fundos	273.658,18	273.658,18	191.552,50
Outros Eventos/Reservas	50.952,83	50.952,83	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>561.181,03</b>	<b>(1.228.422,30)</b>	<b>1.408.138,00</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(872.547,89)</b>	<b>(867.575,59)</b>	<b>(3.734.367,35)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	38.386.109,48	38.381.137,18	42.115.504,53
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	37.513.561,59	37.513.561,59	38.381.137,18
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(872.547,89)</b>	<b>(867.575,59)</b>	<b>(3.734.367,35)</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 6. NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA.**, doravante denominada **SICOOB**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **24/07/1996**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB, sediado à QUADRA CLN 116 BLOCO H, ASA NORTE, BRASÍLIA - DF, possui 5 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BRASÍLIA – DF e ALEXÂNIA - GO.

O SICOOB tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.



## 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **27/02/2023**.

### 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

#### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022.

**Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020:** a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

**Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020:** a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

**Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020:** a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

**Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021:** a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

**Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021:** a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 38.

**Consolidação do Cosif:** no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

**Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022:** a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

## b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

**Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

**Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

**Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022:** dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

**Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.



**Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022:** dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

**Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

## 2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão. Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

## 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

### a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

## **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

## **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

## **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

## **e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

## **f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

## **g) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

## **h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

## **i) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

## **j) Investimentos**

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

## **k) Imobilizado de Uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

## **l) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

## **m) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

## **n) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas apropriadas referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

## **o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

## **p) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

## **q) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

## **r) Provisões**

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## **s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

## **t) Obrigações Legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

## **u) Tributos**

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

## **v) Segregação em Circulante e Não Circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).



## w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

## x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

## y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

## z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

## 4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	1.500.751,40	1.810.875,10
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira (a) - Nota 33.2 (a)	36.012.810,19	36.570.262,08
<b>Total</b>	<b>37.513.561,59</b>	<b>38.381.137,18</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	2.047.312,11	4.111.087,17	1.767.358,68

## 5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	0,00	28.663.600,74	0,00	0,00
<b>TOTAL (a)</b>	<b>0,00</b>	<b>28.663.600,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial - MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

## 6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	41.310.867,08	103.591.081,77	<b>144.901.948,85</b>	37.818.811,82	113.609.614,72	<b>151.428.426,54</b>
Financiamentos	539.333,28	960.705,28	<b>1.500.038,56</b>	750.148,93	1.250.089,64	<b>2.000.238,57</b>
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>41.850.200,36</b>	<b>104.551.787,05</b>	<b>146.401.987,41</b>	<b>38.568.960,75</b>	<b>114.859.704,36</b>	<b>153.428.665,11</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.510.401,59)	(8.242.721,35)	<b>(12.753.122,94)</b>	(4.483.620,23)	(10.112.913,34)	<b>(14.596.533,57)</b>
<b>Total</b>	<b>37.339.798,77</b>	<b>96.309.065,70</b>	<b>133.648.864,47</b>	<b>34.085.340,52</b>	<b>104.746.791,02</b>	<b>138.832.131,54</b>

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL/PERCENTUAL DE RISCO/SITUAÇÃO			Empréstimo/ TD	Fianciamentos	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	17.472.390,63	110.050,12	17.582.440,75	0,00	20.293.381,36	0,00
A	0,5%	Normal	38.393.809,20	148.457,32	38.542.266,52	(192.711,45)	44.004.240,32	(220.021,30)
B	1%	Normal	36.719.405,04	637.658,02	37.357.063,06	(373.570,75)	36.203.495,71	(362.035,06)
B	1%	Vencidas	687.849,66	4.006,25	691.855,91	(6.918,68)	369.855,14	(3.698,65)
C	3%	Normal	23.961.443,01	319.306,23	24.280.749,24	(728.422,60)	22.114.072,20	(663.422,27)
C	3%	Vencidas	1.108.175,43	0,00	1.108.175,43	(33.245,38)	503.163,71	(15.095,01)
D	10%	Normal	10.989.300,23	49.453,67	11.038.753,90	(1.103.875,51)	10.554.439,91	(1.055.444,08)
D	10%	Vencidas	1.690.664,29	0,00	1.690.664,29	(169.066,55)	1.140.972,81	(114.097,37)
E	30%	Normal	1.610.045,23	0,00	1.610.045,23	(483.013,69)	2.956.586,30	(886.975,98)
E	30%	Vencidas	1.363.104,31	77.714,44	1.440.818,75	(432.245,75)	1.354.031,28	(406.209,47)
F	50%	Normal	1.258.233,39	14.393,12	1.272.626,51	(636.313,37)	3.344.049,71	(1.672.024,95)
F	50%	Vencidas	1.710.191,13	0,00	1.710.191,13	(855.095,68)	1.107.894,79	(553.947,49)
G	70%	Normal	251.983,84	0,00	251.983,84	(176.388,80)	567.323,54	(397.126,57)
G	70%	Vencidas	734.661,21	138.999,39	873.660,60	(611.562,48)	2.229.076,69	(1.560.353,73)
H	100%	Normal	2.898.022,24	0,00	2.898.022,24	(2.898.022,24)	4.312.344,63	(4.312.344,63)
H	100%	Vencidas	4.052.670,01	0,00	4.052.670,01	(4.052.670,01)	2.373.737,01	(2.373.737,01)
<b>Total Normal</b>			<b>133.554.632,81</b>	<b>1.279.318,48</b>	<b>134.833.951,29</b>	<b>(6.592.318,41)</b>	<b>144.349.933,68</b>	<b>(9.569.394,84)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>11.347.316,04</b>	<b>220.720,08</b>	<b>11.568.036,12</b>	<b>(6.160.804,53)</b>	<b>9.078.731,43</b>	<b>(5.027.138,73)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>144.901.948,85</b>	<b>1.500.038,56</b>	<b>146.401.987,41</b>	<b>(12.753.122,94)</b>	<b>153.428.665,11</b>	<b>(14.596.533,57)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(12.603.629,02)</b>	<b>(149.493,92)</b>	<b>(12.753.122,94)</b>		<b>(14.596.533,57)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>132.298.319,83</b>	<b>1.350.544,64</b>	<b>133.648.864,47</b>		<b>138.832.131,54</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	15.237.171,25	26.073.695,83	103.591.081,77	144.901.948,85
Fianciamentos	167.813,23	371.520,05	960.705,28	1.500.038,56
<b>Total</b>	<b>15.404.984,48</b>	<b>26.445.215,88</b>	<b>104.551.787,05</b>	<b>146.401.987,41</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	38.525.084,73	759.936,96	39.285.021,69	26,83%
Pessoa Física	106.376.864,12	740.101,60	107.116.965,72	73,17%
<b>Total</b>	<b>144.901.948,85</b>	<b>1.500.038,56</b>	<b>146.401.987,41</b>	<b>100,00%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>14.596.533,57</b>	<b>13.566.476,68</b>
Constituições/ Reversões no período	4.464.263,12	8.291.599,43
Transferência para prejuízo no período	(6.307.673,75)	(7.261.542,54)
<b>Total</b>	<b>12.753.122,94</b>	<b>14.596.533,57</b>

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2022	% da Carteira
Maior Devedor	2.218.058,85	1,51%	2.347.273,56	1,53%
10 Maiores Devedores	12.043.458,03	8,18%	13.921.362,78	9,05%
50 Maiores Devedores	29.565.011,27	20,07%	32.519.245,27	21,14%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.179.983,69</b>	<b>16.247.321,57</b>
Valor das operações transferidas no período	6.879.683,39	7.554.373,07
Valor das operações recuperadas no período	(893.687,01)	(1.588.114,22)
Valor das operações renegociadas no período	(162.901,95)	(2.618.536,91)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(315.503,07)	(415.059,82)
<b>Total</b>	<b>24.687.575,05</b>	<b>19.179.983,69</b>



Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

## 7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	976.510,43	0,00	487.686,44	0,00
Rendas a Receber (b)	526.868,46	0,00	520.595,34	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	54.468,79	0,00	50.315,60	0,00
<b>TOTAL (a)</b>	<b>1.557.847,68</b>	<b>0,00</b>	<b>1.058.597,38</b>	<b>0,00</b>

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 5.503,10); Rendas de Cartões (R\$ 163.222,07); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 345.040,74); e outros (R\$ 13.102,55);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 54.468,79);

### 7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(848.299,71)	0,00	(358.631,50)	0,00
<b>TOTAL (a)</b>	<b>(848.299,71)</b>	<b>0,00</b>	<b>(358.631,50)</b>	<b>0,00</b>

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E	30%	NORMAL	0,00	0,00	0,00	26.570,95	(7.971,29)
E	30%	VENCIDAS	95.858,40	95.858,40	(28.757,52)	71.765,77	(21.529,73)
F	50%	NORMAL	0,00	0,00	0,00	6.885,16	(3.442,58)
F	50%	VENCIDAS	40.133,61	40.133,61	(20.066,82)	15.135,55	(7.567,79)
G	100%	VENCIDAS	136.810,28	136.810,28	(95.767,23)	164.029,73	(114.820,83)
H	100%	VENCIDAS	703.708,14	703.708,14	(703.708,14)	203.299,28	(203.299,28)
<b>Total Normal</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.456,11</b>	<b>(11.413,87)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>976.510,43</b>	<b>976.510,43</b>	<b>(848.299,71)</b>	<b>454.230,33</b>	<b>(347.217,63)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>976.510,43</b>	<b>976.510,43</b>	<b>(848.299,71)</b>	<b>487.686,44</b>	<b>(358.631,50)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(848.299,71)</b>	<b>(848.299,71)</b>		<b>(358.631,50)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>128.210,72</b>	<b>128.210,72</b>		<b>129.054,94</b>	

## 8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	12.606,52	0,00	4.088,96	0,00
<b>TOTAL (a)</b>	<b>12.606,52</b>	<b>0,00</b>	<b>4.088,96</b>	<b>0,00</b>

## 9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.303,80	0,00	56.612,24	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	225.539,18	0,00	1.939,12	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	144.265,00	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	115.182,22	0,00	9.545,20	0,00
Material em Estoque	74.938,37	0,00	37.279,63	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	0,00	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00
Despesas Antecipadas (c)	64.057,88	0,00	118.786,34	0,00
<b>TOTAL (a)</b>	<b>660.286,45</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.824.162,53</b>	<b>0,00</b>

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 90.854,63); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 13.638,96); e outros (R\$ 10.688,63);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

## 10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	0,00	<b>22.862.406,43</b>
<b>TOTAL (a)</b>	<b>0,00</b>	<b>22.862.406,43</b>

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

## 11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Edificações	4%	5.030.560,00	5.030.560,00
Instalações	10%	352.452,01	594.912,46
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.302.407,27	1.620.612,33
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.021.002,75	997.965,89
Sistema de Segurança	10%	304.431,77	352.993,80
Sistema de Transporte	20%	60.497,08	60.497,08
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.533.413,78	1.693.991,60
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>9.604.764,66</b>	<b>10.351.533,16</b>
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.241.594,51)	(1.040.372,03)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(212.542,34)	(346.209,89)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.834.595,25)	(1.923.534,27)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(60.497,08)	(60.497,08)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.174.864,50)	(1.085.923,73)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(4.524.093,68)</b>	<b>(4.456.537,00)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>5.080.670,98</b>	<b>5.894.996,16</b>

## 12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	151.950,58	5.030.560,00
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		24.240,00	24.240,00
<b>Intangível</b>		<b>176.190,58</b>	<b>161.713,58</b>
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(171.364,94)	(159.388,58)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>		<b>(171.364,94)</b>	<b>(159.388,58)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.825,64</b>	<b>2.325,00</b>

### 13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	25.591.896,02	0,00	28.420.772,70	0,00
Depósito Sob Aviso (b)	41.976,90	0,00	37.373,82	0,00
Depósito a Prazo (b)	90.753.452,12	1.872.750,87	88.478.880,19	3.091.102,02
<b>TOTAL (a)</b>	<b>116.387.325,04</b>	<b>1.872.750,87</b>	<b>116.937.026,71</b>	<b>3.091.102,02</b>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% da Carteira
Maior Depositante	9.009.973,52	7,79%	8.444.360,90	7,12%
10 Maiores Depositantes	27.411.441,99	23,71%	27.036.002,90	22,78%
50 Maiores Depositantes	56.008.179,69	48,44%	54.622.883,28	46,03%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.



d) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(2.593,59)	(4.603,08)	(2.230,43)
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.049.639,95)	(10.764.882,57)	(3.740.363,14)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(87.027,73)	(176.137,95)	(174.254,69)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.139.261,27)</b>	<b>(10.945.623,60)</b>	<b>(3.916.848,26)</b>

## 14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob Recursos Livres	44.526,85	1.607.034,21	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>44.526,85</b>	<b>1.607.034,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	7.542.654,51	19.858.986,87	16.986.714,64	2.219.957,99
Banco Sicoob	0,00	4.093.295,44	8.785.286,57	4.886.612,38
<b>TOTAL</b>	<b>7.542.654,51</b>	<b>23.952.282,31</b>	<b>25.772.001,21</b>	<b>7.106.570,37</b>

## c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. Banco Sicoob	(689.833,60)	(1.482.534,54)	(959.116,23)
Cooperativa Central	(1.202.023,03)	(2.279.057,55)	(911.949,00)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.891.856,63)</b>	<b>(3.761.592,09)</b>	<b>(1.871.065,23)</b>

## 15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	4.388,29	0,00	500,00	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	32.393,03	0,00	51.959,29	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (c)	23.062,16	0,00	40.587,16	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>59.843,48</b>	<b>0,00</b>	<b>93.046,45</b>	<b>0,00</b>

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos à Cobrança de Terceiros em Trânsito (R\$ 4.358,29); e outros (R\$ 30,00);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito - IOF (R\$ 22.669,07); e Operações com Títulos e Valores Mobiliários (R\$ 393,09).

## 16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	415.291,22	14.012,32	412.875,97	1.991,45
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	0,03	101.135,14	131.239,25	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>415.291,25</b>	<b>115.147,46</b>	<b>544.115,22</b>	<b>1.991,45</b>

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	13.102.421,49	12.140.997,54
<b>TOTAL</b>	<b>13.102.421,49</b>	<b>12.140.997,54</b>

#### (b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	101.135,17	0,00	131.239,25	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>101.135,17</b>	<b>0,00</b>	<b>131.239,25</b>	<b>0,00</b>

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 101.135,17. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

## 17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	8.093,17	0,00	0,00	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	13.735,21	0,00	13.630,91	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	257.158,64	0,00	246.484,90	0,00
Outros	40.805,03	0,00	24.260,51	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>319.792,05</b>	<b>0,00</b>	<b>284.376,32</b>	<b>0,00</b>

## 18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	5.066.148,31	0,00	2.831.334,12	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	36.043,70	0,00	46.756,27	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	865.032,64	0,00	1.029.813,46	0,00
Credores Diversos – País (d)	1.036.626,44	0,00	1.134.405,69	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.003.851,09</b>	<b>0,00</b>	<b>5.042.309,54</b>	<b>0,00</b>

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	4.410.089,13	0,00	2.377.526,25	0,00
Fundos Voluntários	300.940,56	0,00	111.017,20	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	355.118,62	0,00	342.790,67	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.066.148,31</b>	<b>0,00</b>	<b>2.831.334,12</b>	<b>0,00</b>

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 641.988,85); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 7.403,11); Seguro Prestamista (R\$ 996,79); Despesas com Cartões (R\$ 41.943,27); Plano de Saúde (R\$ 68.446,32); Outras Despesas Administrativas (R\$ 31.349,96); e outros (R\$ 72.904,34);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 1.495,55); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 129.749,84); Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 142.532,94); Pagamentos a Processar (R\$ 84.360,71); Pendências a Regularizar (R\$ 270.966,14); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 57.396,30); Créditos de Terceiros - Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (R\$ 9.948,59); Pendências - Avais e Fianças Honrados (R\$ 376,53); Sinistro Seguros a Repassar (R\$ 6.237,11); Compromisso pela Integralização de Capital (R\$ 2.087,91); Créditos de Terceiros (R\$ 11.468,41); Diferença de Caixa (R\$ 2.241,16); e outros (R\$ 317.765,25).



## 19. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	34.307.164,17	35.160.197,48
Associados	11.426	11.497

### b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 50.952,83.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

- 61% para Conta Capital, no valor de R\$700.000,00;
- 39% para Fundos Voluntários para ações de Marketing e de Desenvolvimento Institucional, no valor de R\$443.453,36.

## d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>649.122,64</b>	<b>2.719.716,74</b>
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(389.473,58)	(1.631.830,04)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(32.456,13)	(135.985,84)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	273.658,18	191.552,50
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>500.851,11</b>	<b>1.143.453,36</b>

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

## e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 1.092.582,80. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

## 20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	962.221,67	1.414.138,34
Despesas específicas de atos não cooperativos	(251.461,52)	(345.319,85)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(458.049,43)	(538.378,65)
<b>Resultado operacional</b>	<b>252.710,72</b>	<b>530.439,84</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(11.432,08)	7.577,43
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	241.278,64	538.017,27
IRPJ/CSLL	(127.817,24)	(101.178,87)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(353.612,93)	(562.116,10)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>(240.151,53)</b>	<b>(125.277,70)</b>

## 21. Receitas de Operações de Crédito

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	23.000,87	53.856,18	51.554,76
Rendas de Empréstimos	13.087.865,94	25.724.739,20	25.011.221,46
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	69.521,43	112.644,04	32.357,56
Rendas de Financiamentos	122.616,11	252.079,46	280.004,63
Rendas de Financiamentos Rurais Recursos Direcionados de LCA	8,45	139,68	181,68
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	588.040,78	1.056.388,94	4.231.276,14
(-) Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(1.000,00)	(2.000,00)	(2.000,00)
<b>Rendas de Financiamentos</b>	<b>13.890.053,58</b>	<b>27.197.847,50</b>	<b>29.604.596,23</b>

## 22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(6.139.261,27)	(10.945.623,60)	(3.916.848,26)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.891.856,63)	(3.761.592,09)	(1.871.065,23)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.542.113,02	5.420.383,04	5.028.897,90
Reversões de Provisões para Outros Créditos	18.853,41	43.564,78	36.253,67
Provisões para Operações de Crédito	(5.671.928,33)	(9.884.646,16)	(13.320.497,33)
Provisões para Outros Créditos	(620.954,02)	(1.105.042,63)	(419.976,22)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.763.033,82)</b>	<b>(20.232.956,66)</b>	<b>(14.463.235,47)</b>

## 23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	212.847,67	458.242,96	577.503,60
Rendas de Garantias Prestadas	0,00	0,00	2.000,00
Rendas de Convênios	26.331,95	51.637,05	58.116,58
Rendas de Comissão	227.887,49	437.164,80	571.759,42
Rendas de Credenciamento	952,70	952,70	0,00
Rendas de Cartões	380.660,40	782.845,81	943.959,11
Rendas de Outros Serviços	65.948,75	141.075,41	142.322,52
<b>TOTAL</b>	<b>914.628,96</b>	<b>1.871.918,73</b>	<b>2.295.661,23</b>

## 24. Rendas de Tarifas

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	42.655,80	88.935,52	107.421,36
Rendas de Serviços Prioritários - PF	105.295,00	216.441,20	311.536,80
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	25,50	125,50	5.425,95
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	234.136,38	436.089,58	442.621,10
<b>TOTAL</b>	<b>382.112,68</b>	<b>741.591,80</b>	<b>867.005,21</b>

## 25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(58.820,00)	(108.080,00)	(89.795,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(792.306,21)	(1.517.280,01)	(1.426.963,59)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(996.176,49)	(1.832.447,12)	(1.645.186,14)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(839.750,47)	(1.681.433,82)	(1.573.271,69)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.220.932,96)	(4.317.753,91)	(4.002.087,88)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(33.648,00)	(33.648,00)	(11.852,22)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.510,72)	(1.510,72)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(4.943.144,85)</b>	<b>(9.492.153,58)</b>	<b>(8.749.156,52)</b>

## 26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(44.722,60)	(99.819,96)	(103.448,08)
Despesas de Aluguéis	(123.556,51)	(512.246,93)	(737.103,33)
Despesas de Comunicações	(118.791,24)	(247.522,76)	(213.799,03)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(114.941,88)	(237.518,28)	(286.020,47)
Despesas de Material	(8.450,62)	(12.470,77)	(18.451,14)
Despesas de Processamento de Dados	(437.555,41)	(819.845,31)	(1.126.707,95)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(17.355,46)	(17.355,46)	0,00
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	0,00	(31.900,00)
Despesas de Publicações	0,00	(1.510,00)	(1.030,00)
Despesas de Seguros	(38.382,61)	(77.672,65)	(87.732,53)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(716.412,07)	(1.400.473,59)	(1.434.119,45)
Despesas de Serviços de Terceiros	(397.506,88)	(679.844,35)	(305.001,79)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(56.880,90)	(152.354,32)	(299.993,11)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(119.273,48)	(220.379,10)	(204.296,48)
Despesas de Transporte	(42.818,06)	(80.891,69)	(119.581,21)
Despesas de Viagem no País	(5.470,64)	(5.470,64)	0,00
Despesas de Amortização	(7.238,52)	(11.976,36)	(24.285,11)
Despesas de Depreciação	(363.128,38)	(781.586,24)	(885.423,75)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(120.511,78)	(174.042,66)	(138.218,87)
Despesas Rateadas da Central	(752.709,59)	(1.447.770,60)	(1.256.039,76)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(91.256,85)	(183.236,84)	(164.213,34)
Despesa de Contribuição a OCE	(3.228,78)	(6.457,56)	(5.862,00)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(154,00)	(154,00)	0,00
Outras Despesas Administrativas	(147.323,14)	(318.764,70)	(434.792,54)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.727.669,40)</b>	<b>(7.489.364,77)</b>	<b>(7.878.019,94)</b>



## 27. Dispendios e Despesas Tributárias

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(10.784,94)	(37.959,77)	(25.382,90)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(23.807,58)	(48.035,63)	(84.734,99)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(19.106,43)	(38.488,87)	(56.565,51)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(23.820,37)	(49.175,80)	(48.728,39)
<b>TOTAL</b>	<b>(77.519,32)</b>	<b>(173.660,07)</b>	<b>(215.411,79)</b>

## 28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	8.061,03	153.485,96	83.320,09
Distribuição de sobras da central	844.608,04	1.996.936,81	901.776,96
Outras rendas operacionais	1.363,05	2.317,99	3.580,75
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	617.412,04	1.263.227,86	1.299.960,68
Juros ao Capital Recebidos da Central	3.039.697,28	3.039.697,28	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.511.141,44</b>	<b>6.455.665,90</b>	<b>2.288.638,48</b>

## 29. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	0,00	(97.957,93)
Outras Despesas Operacionais	(335.852,16)	(623.877,63)	(529.225,61)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(63.215,29)	(112.245,89)	(101.798,60)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(8.622,70)	(36.748,71)	(30.591,49)
Perdas - Fraudes Internas	0,00	(2.908,19)	0,00
Perdas - Fraudes Externas	(3.899,78)	(20.794,46)	0,00
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(6,82)	(1.182,35)	(375,94)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(19,11)	(19,11)	(62,71)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(7.440,68)	(20.128,18)	(7.612,50)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(138.550,00)	(253.530,00)	(183.940,00)
<b>TOTAL</b>	<b>(557.606,54)</b>	<b>(1.071.434,52)</b>	<b>(951.564,78)</b>

### 30. Despesas com Provisões

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
<b>Provisões/Reversões para Contingências</b>	<b>8.130,48</b>	<b>(23.150,62)</b>	<b>(112.243,21)</b>
Provisões para Custas Judiciais Cíveis/Trabalhistas	(21.973,60)	(53.254,70)	(141.883,30)
Provisões para Contingências	(101.135,17)	(101.135,17)	0,00
Provisões para Contingências Sucumbências	0,00	0,00	(12.308,24)
Reversões de Provisões para Contingências	131.239,25	131.239,25	41.948,33
<b>Provisões/Reversões para Garantias Prestadas</b>	<b>(21.731,63)</b>	<b>(14.436,12)</b>	<b>(149.234,86)</b>
Provisões para Garantias Prestadas	(293.264,88)	(570.688,19)	(528.084,11)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	271.533,25	556.252,07	378.849,25
<b>TOTAL</b>	<b>(13.601,15)</b>	<b>(37.586,74)</b>	<b>(261.478,07)</b>

### 31. Outras Receitas e Despesas

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	39.127,84
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	28.578,07	28.578,07	0,00
Ganhos de Capital	681,41	787,94	58.554,71
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(87,00)	(87,00)	0,00
(-) Perdas de Capital	(21.484,94)	(30.853,59)	(14.294,94)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(8.657,50)	(9.857,50)	(75.810,18)
<b>TOTAL</b>	<b>(969,96)</b>	<b>(11.432,08)</b>	<b>7.577,43</b>

### 32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### 33. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

### 33.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período: Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	17.851,69	0,0232%	89,26
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	21.708,97	0,0283%	108,54
<b>TOTAL</b>	<b>39.560,66</b>	<b>0,0515%</b>	<b>197,80</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>3.499.213,30</b>	<b>5,3153%</b>	

#### PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Empréstimos e Financiamentos	0,0583%
Aplicações Financeiras	5,3152%

b) Total geral das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7,01	0,03	0,0005%
Empréstimos	28.134,68	140,68	0,0198%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	180.603,00	0,7168%	0%
Depósitos a Prazo	16.814.345,41	18,1447%	1,3598%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,1700%	21,98
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,8179%	77,51
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	108,3477%	79,52

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	138.726,66	151.097,83

e) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(97.189,90)	(188.319,00)	(168.281,44)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(792.306,21)	(1.517.280,01)	(1.426.963,59)
F.G.T.S. Diretoria	(34.447,16)	(80.526,80)	(85.242,52)
Plano de Saúde	(11.138,67)	(19.565,64)	(8.136,72)

## 33.2 Cooperativa Central

A SICOOB, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 4	36.012.810,19	36.570.262,08
Ativo - Investimentos - Nota 10	0,00	22.862.406,43
Ativo - Participações de Cooperativas - Nota 5	28.663.600,74	0,00
<b>Total das Operações Ativas</b>	<b>64.676.410,93</b>	<b>59.432.668,51</b>
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	27.401.641,38	19.206.672,63
<b>Total de Operações Passivas</b>	<b>27.401.641,38</b>	<b>19.206.672,63</b>

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.047.312,11	4.111.087,17	1.767.358,68
<b>Total das Receitas</b>	<b>2.047.312,11</b>	<b>4.111.087,17</b>	<b>1.767.358,68</b>
Rateio de Despesas da Central	(752.709,59)	(1.447.770,60)	(1.256.039,76)
<b>Total das Despesas</b>	<b>(752.709,59)</b>	<b>(1.447.770,60)</b>	<b>(1.256.039,76)</b>

### 34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	20.285.237,66	27.143.671,89
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	139.040.448,07	142.567.404,75
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	14,59	19,03
Imobilizado para cálculo do limite	5.080.670,98	5.894.996,16
Índice de imobilização (limite 50%) %	25,05	21,71

### 35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

DESCRIÇÃO	2º SEM/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(20.312,48)	(33.600,22)	(28.877,16)
<b>TOTAL</b>	<b>(20.312,48)</b>	<b>(33.600,22)</b>	<b>(28.877,16)</b>

### 36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).



O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

### **36.1 Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### **36.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
  - b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
  - c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
  - d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
  - e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
  - f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
  - g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
  - h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
  - i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
  - j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
  - k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
  - l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
  - m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
  - n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.
-

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros;

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo;

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor e econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

## 36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

## 36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

## 36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.



O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### 36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

## 37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 38. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

### a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

**Fase 1 - Avaliação (2022):** Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

**Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

**Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

**Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

**Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

**Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da norma.

**Silvia Regina Alves da Silva**  
Diretora-Presidente

**Rosilene Pontes Lima**  
Diretora Administrativa-Financeira

**Elaine Cristina Neto**  
Contadora  
CRC/MG 082.177/ O-0



## PARECER DA AUDITORIA

---

A auditoria das demonstrações contábeis de uma cooperativa de crédito, tem por objetivo dar a transparência e credibilidade necessária aos associados e demais interessados, sobre a sua situação patrimonial e financeira, bem como o resultado apurado no semestre/exercício.

Os trabalhos técnicos de auditoria são planejados e executados de acordo com as normas brasileiras de auditoria, e requer a compreensão dos negócios das cooperativas visando atender ao máximo às expectativas da relação custo-benefício, assim como ser realizada de maneira segura e uniforme.

Contribuindo com observações e recomendações, a auditoria, independente, se torna eficaz, pois desta forma agrega valor as cooperativas, contribuindo para tornar a gestão mais eficiente. O trabalho do auditor independente deve ser um instrumento de referência da administração para direcionar suas ações no processo de gestão e projetar o futuro da cooperativa.

# RELATÓRIO DA AUDITORIA

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – SICOOB - Brasília/DF**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Crediembrapa Ltda. - Sicoob Crediembrapa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediembrapa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2023.



Nestor Ferreira Campos Filho

Contador CRC/DF 013421/O-9

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

---

Anualmente o Conselho Fiscal divulga seu parecer sobre as avaliações do exercício da cooperativa.

É uma segurança ainda maior dos números apresentados aos associados, pois evidencia as boas práticas de governança e visa, especialmente, afirmar que os controles internos e transparência estão de acordo com o que as normas do Banco Central exigem.

## Parecer do conselho fiscal do Sicoob CrediEmbrapa sobre as demonstrações contábeis alusivas ao primeiro e segundo semestres de 2022.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – Sicoob e de conformidade com as atribuições legais, conferidas pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno, procedemos a análise das Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 2021 e 2022, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Resultado Abrangente e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022; assinados pela contadora do SICOOB NOVA CENTRAL Elaine Cristina Neto – CRC/MG.082.177/O-0, em 31/12/2022 e Parecer da Auditoria Independente elaborado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC, emitido em 27 de fevereiro de 2023, assinado Nestor Ferreira Campos Filho CRC-DF 013421/0-9, Diretor Executivo da CNAC, que emite opinião sobre a adequabilidade, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa. Este Conselho Fiscal, com base nestas afirmativas e suas análises mensais efetuadas nos balancetes e Relatórios, e ainda, sopesando as limitações naturais decorrentes da estrutura e atribuições deste Confis, entende que os documentos acima citados refletem de forma adequada a situação da Cooperativa nas suas atividades realizadas no ano em análise. Assim, somos favoráveis e recomendamos a aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2022, pela Assembleia Geral Ordinária.

Brasília/DF, 20 de março de 2023.



**Gisseli Silva Trompieri**  
Conselheira Suplente



**Cleuber Oliveira**  
Conselheiro Titular



**Luiz Antônio Teston**  
Conselheiro Titular



**Susy Darlen B. da Penha**  
Coordenadora



A close-up photograph of a young woman with voluminous, dark curly hair. She is smiling broadly, showing her teeth, and looking upwards and to the right. She is holding a silver smartphone to her ear with her right hand. The background is a soft, out-of-focus landscape with greenery and a blue sky. In the top right corner, there is a dark teal triangular graphic containing a large white number '5' with a yellow-green outline.

# 5

## RELATÓRIO DA OUVIDORIA

---

A Ouvidoria Sicoob atua como canal de comunicação entre as cooperativas, associados e demais usuários dos produtos e serviços Sicoob, que já tiveram acesso aos canais de atendimento habituais e não ficaram satisfeitos com a solução.

# 1. COMO FUNCIONA A OUVIDORIA?

O Componente Organizacional de Ouvidoria encaminha relatórios mensais, permitindo que a Alta Direção tenha conhecimento sobre problemas e deficiências detectadas no cumprimento de suas atribuições, e mantém o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, informados sobre o resultado das medidas adotadas pelas instâncias responsáveis.

Apesar de receber todas as manifestações, a Ouvidoria não substitui os canais de primeiro atendimento da Cooperativa, devendo ser procurada após esauridas as tentativas de solução pelos respectivos canais. Estão fora dos limites de atuação da Ouvidoria, as manifestações que relatem questões privadas e pessoais, bem como, demandas que estejam na esfera judicial.

A Ouvidoria atua em busca da melhoria contínua para reduzir o número de reclamações de forma sustentável. E, com o objetivo de atender as demandas dos associados e da sociedade, trabalha de forma a oferecer celeridade e satisfação em prol da coleta de insumos para melhoria de produtos, processos, serviços e atendimentos. Assim como, com base nas dores e expectativas dos associados, a Ouvidoria dissemina boas práticas para o alcance da excelência do atendimento.

## Fluxo de Relacionamento com o Associado

1. O Atendimento da Ouvidoria se inicia, a partir do contato realizado por quaisquer partes interessadas, por meio dos canais digitais ou presencialmente;
2. Após o registro da manifestação, a Ouvidoria procede à análise aprofundada da demanda, atestando a sua fundamentação;
3. Em seguida, dá ciência ao Gestor responsável e orienta o acompanhamento dos registros até a finalização;
4. A Ouvidoria interage com as UORGs, com o objetivo de **identificar possibilidades de resolução**, observados o Código de Defesa do Consumidor, os normativos vigentes e as boas práticas;
5. No prazo legalmente estabelecido, de **até 10 dias úteis**, a Ouvidoria encaminha, aos devidos órgãos, resposta às manifestações recebidas;
6. A Ouvidoria também acolhe denúncias internas - inclusive sigilosas, e pedidos de acesso à informação na forma prevista na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Nos casos de denúncias, após a verificação dos requisitos mínimos de admissibilidade, a Ouvidoria as encaminha para conhecimento e deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. A Diretoria executa as recomendações do colegiado em conjunto com o **Setor da Qualidade e Compliance**. O Conselho Fiscal, os Controles Internos e/ou a Comissão de Ética realizam a fiscalização.

## 2. CERTIFICAÇÃO DE OUVIDORES

Os integrantes da Ouvidoria participam de eventos e treinamentos promovidos por entidades de comprovada capacidade técnica, vinculadas às associações de classe ou especializadas em treinamentos para os profissionais de Ouvidorias.

Os treinamentos têm o intuito de cumprir o conteúdo programático requerido na Resolução CMN nº 4.860/2020, capacitar os empregados para executarem as atribuições da Ouvidoria, sempre no contexto do desenvolvimento contínuo.

Faz parte do planejamento dos treinamentos da Ouvidoria, a realização de exames de certificação por parte de seus integrantes:

A equipe é certificada pela Associação Brasileira de Bancos - ABBC, em parceria com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF e possui o curso de extensão do Direito do Consumidor.

## 3. AÇÕES DA OUVIDORIA 2022

**Avaliação geral, ações estratégicas e realizações importantes que marcaram o período.**

### AVALIAÇÃO

A avaliação da qualidade do atendimento que trata, o Capítulo VIII da Resolução CMN nº 4.860/2020, é realizada pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, com o objetivo de ratificar a responsabilidade da Diretoria no que diz respeito ao relacionamento com o associado.

### PRINCIPAIS PONTOS

1. As demandas registradas por meio dos canais de Ouvidoria, são **catalogadas por temas**;
2. O tratamento é realizado à luz das recomendações das Resoluções CMN/ BACEN nº 4.433/2015, atualizada pela Resolução CMN/BACEN nº 4.860/2020, observadas as especificidades dos normativos internos e sistêmicos, e o Código de Defesa do Consumidor, **considerando na íntegra, todas as situações relatadas pelo reclamante**, no sentido de verificar se ocorreu indício de descumprimento de lei ou regulamentação, e para transmitir respostas resolutivas;
3. O Componente **trata, tempestivamente, todas as demandas encaminhadas** pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR), do Banco Central do Brasil, pelo Sicoob, Reclame Aqui e Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEPE), sendo 99,9% dos registros tratados dentro do prazo estabelecido;
4. **Foco na gestão das reclamações:** a Ouvidoria atua com o compromisso de instruir, analisar e articular soluções em busca da melhor transparência para todos.



## TRANSPARÊNCIA

O acesso às informações produzidas e armazenadas pela Cooperativa é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal. Dessa forma, todas as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria **são divulgadas, semestralmente, no site da Cooperativa, em cumprimento ao Art.13, da Resolução CMN nº 4.860/2020**. Destacamos ainda que em atendimento à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), no intuito de manter a conformidade dos processos, e em parceria com o Sicoob Nova Central, a Cooperativa aderiu à consultoria da Peck Advogados, que atuou de forma a implementar o Programa de Privacidade e Proteção de Dados, levando em consideração o contexto da legislação Brasileira (LGPD) bem como legislações vigentes.

À luz da NBR ISO 37301:2021, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Setor da Qualidade e Compliance e a Focus Consultoria, com o **objetivo de manter a transparência e a conformidade dos processos**, atua com as devidas práticas para futura implementação da referida Norma, que dará suporte à Alta Direção, de forma a avaliar e mitigar, continuamente riscos, conscientizar e capacitar todos os envolvidos.

Após retomada a parceria com a Fundação Dom Cabral, por meio do Programa de Aceleração do Negócio - PAN, a Ouvidoria em conjunto com o Setor de Qualidade e Compliance, ficou responsável por atender também algumas ações estratégicas, advindas do Planejamento Estratégico da Cooperativa, entre elas: aumentar o relacionamento ativo com o associado, implantar/revisar as boas práticas de segurança da informação, baseadas na NBR ISO 27001:2022, melhorar a aferição do atendimento e resgatar o atendimento humanizado.

### O QUE A OUVIDORIA REALIZOU?

**1.** Capacitou os integrantes da Ouvidoria, por meio de **treinamentos promovidos pelo CCS - Centro Cooperativo Sicoob**, nos seguintes temas: Combate e Prevenção à Fraude - Avançado; Comunicação e Assertividade, Dicas de Segurança e Canais de Atendimento, Feedback - Ferramenta de Comunicação e Engajamento, Gerenciamento do Risco Operacional, Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo - Diligenciamento, Programa de Integridade, Webinar - Ações de Prevenção e Combate à Fraudes; NBR ISO 37301: 2021 - Sistema de Gestão de Compliance, Atualizações ISO/IEC 27001:2022 - Sistema de Gestão de Segurança da Informação promovidos pela Q ACADEMY - QMS IMMEC Serviço de Treinamento e Capacitação Ltda.

**2.** Com base no tema mais abordado nas manifestações de ouvidoria do ano de 2022 e com o intuito de **alcançar a melhoria do processo de análise e liberação de operações de crédito**, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Setor da Qualidade e Compliance promoveu, no período de 16 a 18/11/2022, na Sede da Cooperativa, o **Workshop de Crédito Presencial** para toda equipe do Setor de Crédito da Cooperativa.

3. Foi realizada no período de 07 a 11/11/2022, na Sede da Cooperativa, de forma presencial e remota, a **Semana da Qualidade**, para todos os seus colaboradores com diversas palestras. Entre elas, com foco na melhoria do processo de atendimento, a **palestra de "Excelência no Atendimento"**, ministrada pelo Gustavo Lima, Administrador de Empresas. A Semana da Qualidade também contou com a presença do Dr. Inácio Alencastro, Advogado Cível, Administrativo e Especialista em Compliance, que ministrou a **palestra de "Assédio Moral"**.

## 4. COMPROMISSOS DA OUVIDORIA

Atuar obedecendo estritamente à **Política de Relacionamento com o Cliente e os Usuários de Produtos e Serviços**, a qual define que a Ouvidoria deve: manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pela Diretoria Executiva para solucioná-los.

Monitorar todas as posturas e processos que a equipe de atendimento adota ao se relacionar com associados, leads, prospects e usuários. Observar, sempre que necessário, as fases de pré-contratação, contratação e pós-contratação de produtos e serviços. Disseminar o respeito aos Normativos vigentes e a observância aos princípios da ética, responsabilidade, transparência e diligência. Propiciando a convergência de interesses e a consolidação de imagem institucional de credibilidade, segurança e competência.

### DIRETRIZES

**Propósito:** Ser agente promotor da Acessibilidade, Confidencialidade, Empatia, Isenção, Justiça, Respeito e Transparência:

**Missão:** Ser reconhecida pela excelência em Ouvidoria e efetividade na mediação de conflitos:

**Visão:** Representar o associado, em última instância, contribuindo na melhoria dos processos, produtos e serviços;

**Valores:** Ser vetor no cumprimento dos 6 princípios constitucionais das ouvidorias: legalidade, legitimidade, imparcialidade, moralidade, probidade e publicidade.

## 5. ESTRATÉGIA DE RELACIONAMENTO COM O ASSOCIADO

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, e visando oferecer sempre os melhores serviços e atendimento, a Cooperativa continua investindo em tecnologia e inovação, de modo a proporcionar maior comodidade, agilidade e segurança aos nossos associados.

Nossos canais de atendimento, ampliam o alcance da Ouvidoria, pois, foram projetados para atender as adversidades na era digital e priorizar a usabilidade e a acessibilidade de todos aqueles que nos procuram.

### AGÊNCIA VIRTUAL

Nosso principal canal de relacionamento com os associados, oferece atendimento de **segunda a sexta das 08h às 18h (telefone e caixa), 08h às 20h (WhatsApp) e 08h às 21h (e-mail).**

## 6. INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS 2022

**Manifestações registradas, nos canais acionados pelos associados, no período de janeiro a dezembro de 2022.**

### RESULTADOS AVALIADOS

No ano de 2022 foram registradas 89 manifestações, sendo 51 classificadas como improcedentes e 13 como procedentes, além das manifestações de dúvidas e elogios. Todas registradas por meio dos canais disponíveis, e distribuídas conforme abaixo:

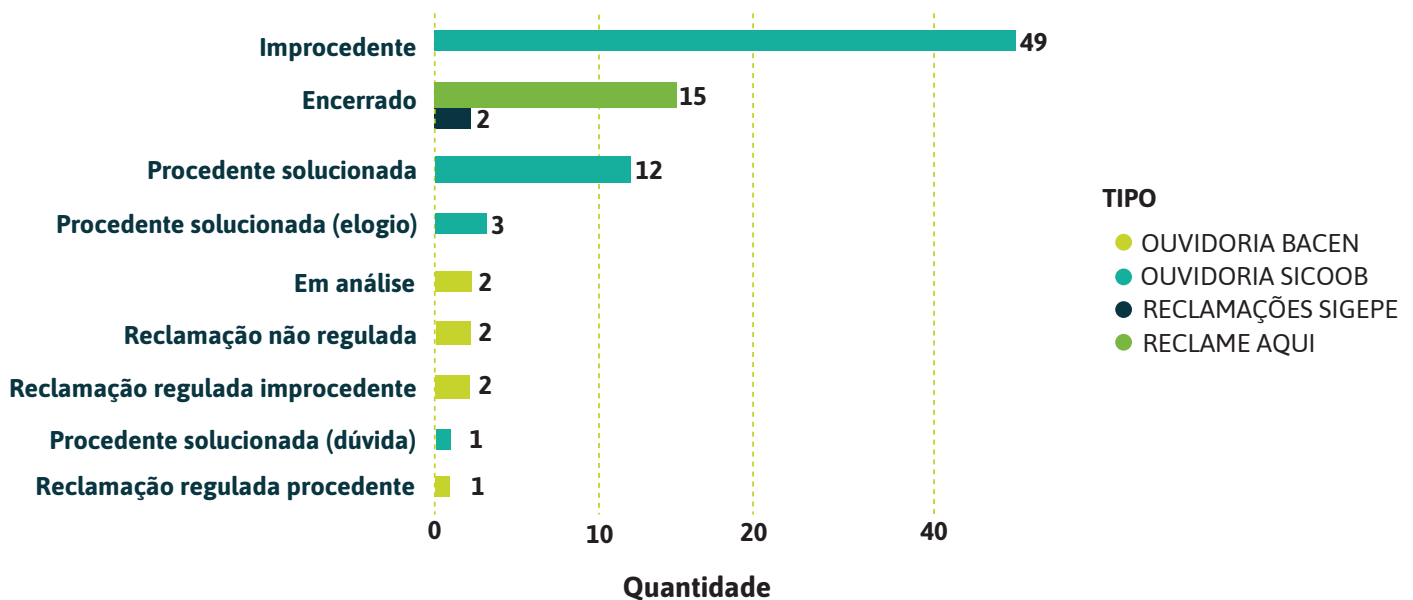
- **65** manifestações registradas, sendo **01** de dúvida e **03** de elogios, junto a Confederação;
- **07** manifestações registradas, sendo **02** reclamações que permanecem em análise e outras **02** que foram classificadas como não reguladas, junto ao RDR - Registro de Demandas do Cidadão do BACEN - Banco Central do Brasil;
- **02** manifestações registradas junto ao SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal;
- **15** manifestações registradas junto ao Reclame Aqui.

O tema mais abordado nas manifestações foi: Operações de Crédito. Essa representatividade, se justifica pelo fato deste ser o produto mais consumido do nosso catálogo, o que é compatível com as características dos negócios da Cooperativa. Ressalta-se que, após análise do Gestor responsável, as ações corretivas referentes as reclamações são, devidamente adotadas, com todo registro realizado via sistema de ordem de serviço da Cooperativa.

## RESULTADOS AVALIADOS

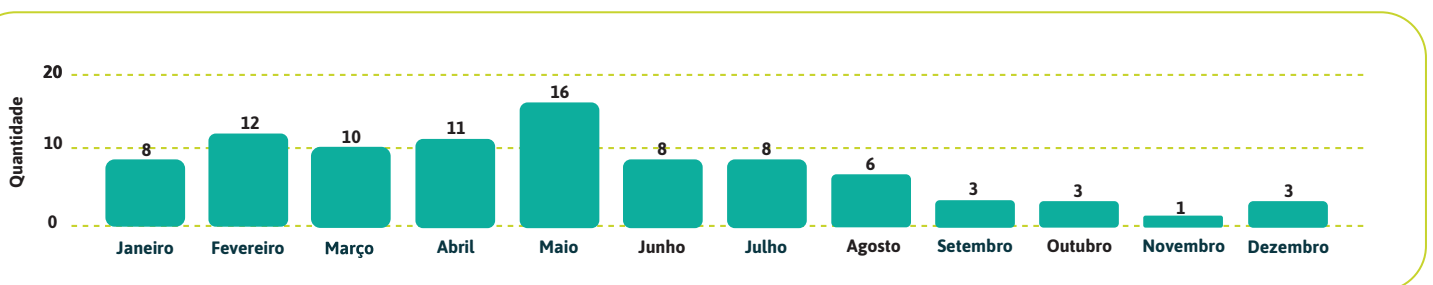
### OUVIDORIA POR TIPO

JANEIRO A DEZEMBRO 2022



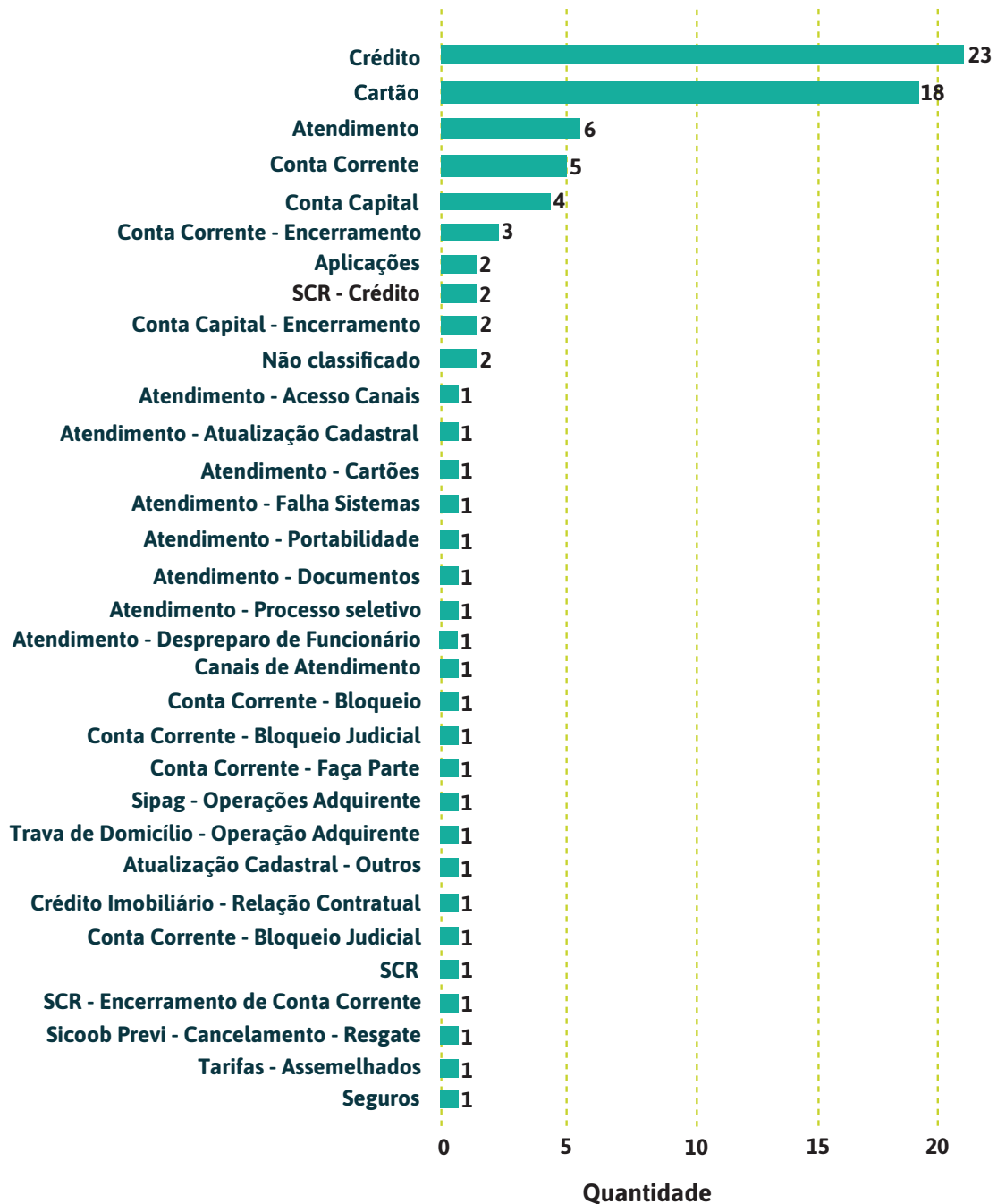
### OUVIDORIA POR MÊS

JANEIRO A DEZEMBRO 2022



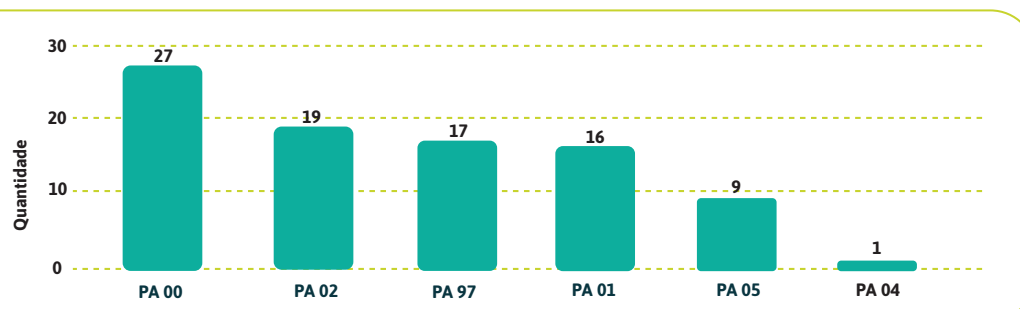
## OUVIDORIA POR ASSUNTO

JANEIRO A DEZEMBRO 2022



## OUVIDORIA POR PA

JANEIRO A DEZEMBRO 2022



## 7. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade é uma estratégia da Administração, que consiste no gerenciamento de todos os processos da organização com foco na qualidade, que permite avaliar a eficácia do processo, o engajamento dos envolvidos e a satisfação dos associados.

### ESTRUTURA DA QUALIDADE

#### Setor da Qualidade e Compliance - SQC

Ana Cecília de Oliveira Magalhães Silva - **Supervisora**

Marina Marce Barbosa - **Ouvidoria**

#### Auditor da Qualidade

Eduardo Henrique Melo de Oliveira - **Focus Consultoria e Treinamento Empresarial**

## 8. PARECER DA AUDITORIA DA QUALIDADE

No mês de junho de 2022 foi realizada, a Auditoria Externa do Sistema de Gestão da Qualidade.

### A auditoria externa tem por objetivos:

- a) Monitorar a implementação contínua da NBR ISO 9001:2015;
- b) Determinar o nível de conformidade dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade com os requisitos da Norma;
- c) Avaliar a capacidade dos processos de assegurar o cumprimento de requisitos legais e contratuais;
- d) Identificar oportunidades para melhorias.

A estrutura e os procedimentos do Componente Organizacional Único de Ouvidoria da Cooperativa, foram examinados de acordo com as exigências estabelecidas na pela RESOLUÇÃO CMN 4.860, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020, ambas do Banco Central do Brasil e pelos requisitos da NBR ISO 9001:2015.



Dessa forma, o processo de Ouvidoria foi auditado pelo Sr. Luiz Edmundo Cristianini, auditor externo da certificadora DNV BUSINESS ASSURANCE e pelo Sr. Eduardo Henrique Melo de Oliveira, auditor interno e consultor da Focus Consultoria, Treinamento e Auditoria Empresarial Ltda, sendo constatada a conformidade com as atividades descritas no procedimento: Serviço de Atendimento a Reclamações de Associado - Rev.08.

Órgãos Externos - BACEN, Centro Cooperativo Sicoob (CCS), Reclame Aqui, SIGEPE e Internos, sendo todos tratados com toda atenção, celeridade e rigor pela equipe, construindo uma relação transparente e respeitosa com os associados. Em conformidade com estas práticas, a Ouvidoria permanece desempenhando papel relevante, colaborando para manutenção da qualidade de nossos serviços.

De acordo com o atendimento aos requisitos da Norma NBR ISO 9001:2015, constatamos que o Sicoob CrediEmbrapa evidencia seu compromisso com a celeridade, qualidade e segurança no atendimento aos associados, cumprindo a missão da Ouvidoria nos termos dos requisitos abaixo:

- a) Requisito 5.1.2 – Foco no Cliente
- b) Requisito 8.2.1 – Comunicação com o cliente
- c) Requisito 8.5.3 – Propriedade pertencente. Clientes
- d) Requisito 9.1.2 – Satisfação do cliente

Concluimos que as manifestações recebidas pelos diversos canais de comunicação foram, adequadamente, registradas e tratadas, evidenciando que o Componente Organizacional está íntegro, de acordo com as legislações vigentes e alinhado aos princípios e diretrizes do órgão regulador e do Sicoob.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que o volume de reclamações em Órgãos Externos (BACEN, Centro Cooperativo Sicoob (CCS), Reclame Aqui e SIGEPE) e Internos, no ano, foram devidamente acompanhadas e atendidas, de acordo com as Resoluções acima referidas, sem ressalvas.

Partindo dessas premissas, e encerrando as atividades do ano de 2022, constatamos uma redução de 31,53% no volume de manifestações, em comparação ao ano de 2021, resultado do trabalho em equipe, focado na mitigação de riscos e ações preventivas realizadas junto às áreas envolvidas.

Concluimos não haver fatos relevantes ou evidências de elementos que possam comprometer a integridade do Componente, o seu bom funcionamento ou a plena observância à legislação em vigor, estando alinhado com os princípios e diretrizes do órgão regulador e do Sicoob.

## 8. CANAIS DE RELACIONAMENTO E LINKS ÚTEIS

### FALE CONOSCO

#### Telefones:

(61) 2107 4000 | 0800 724 4000  
(de segunda à sexta , das 08h às 18h)

#### WhatsApp:

(61) 9 9984 2551  
(de segunda a sexta , das 08h às 20h)  
Somente mensagem de texto.

#### E-mail:

agenciavirtual@sicoobcrediembrapa.com.br  
(de segunda a sexta , das 08h às 21h)

#### Ouvidoria:

0800 725 0996  
(de segunda a sexta , das 08h às 20h)

#### Deficientes auditivos ou de fala:

0800 940 0458  
(de segunda a sexta, das 8h às 20h)

### LINKS

#### Site e Aplicativos Sicoob:

[www.sicoob.com.br/sicoobcrediembrapa/](http://www.sicoob.com.br/sicoobcrediembrapa/)  
[www.sicoob.com.br/canaisdigitais](http://www.sicoob.com.br/canaisdigitais)

#### Compliance:

##### Política de Compliance:

[www.bit.ly/3cg2hGx](http://www.bit.ly/3cg2hGx)

##### Política de Relacionamento com o Cliente:

[www.bit.ly/3pEe1pn](http://www.bit.ly/3pEe1pn)

##### Canal Compliance - Anônimo:

[www.bit.ly/3KjhNOP](http://www.bit.ly/3KjhNOP)

##### Política de Segurança da Informação:

[www.bit.ly/3Cs5BsW](http://www.bit.ly/3Cs5BsW)

##### Política da Lei Geral de Proteção de Dados:

[www.bit.ly/3IWb7aw](http://www.bit.ly/3IWb7aw)





# 6

## AÇÃO SOCIAL 2022

---

No ano de 2022, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. - Sicoob completou 26 anos. Para comemorar, os colaboradores receberam um desafio de boas práticas ambientais, sociais e de governança.



# 1. A AÇÃO SOCIAL

Cooperar para um mundo melhor é ajudar o próximo e o planeta, e o mais importante, é doar amor. Promover boas práticas e desenvolvimento social está no nosso DNA, é algo que precisa ser feito, sabemos que não podemos mudar o mundo, mas podemos fazer a nossa parte.

Com esse pensamento, foi lançado o desafio “Cooperando por um Mundo Melhor” aos colaboradores da Cooperativa. O objetivo era mostrar a importância de fazer a sua parte e ajudar o próximo e o planeta.

A soma de todas as ações contabilizavam 260 itens, simbolizando os 26 anos da Cooperativa. As ações foram:

1. Plantar 30 mudas para uma Horta Comunitária;
2. Doação de 40 pacotes de fraldas;
3. Doação de 30 itens entre Alimentos e Produtos Domésticos;
4. Doação de 50 cestas básicas;
5. Doação de 20 brinquedos;
6. Doação de 30 kits de higiene pessoal feminina;
7. Distribuir 60 sopas/refeições.

O prêmio para os voluntários ao completar todas as ações é uma festa temática.



*“Colaborar em ações como essa o ganho proporcionado é mútuo.”*

**Marcelo Carvalho**

## 2. RESULTADOS

A primeira entrega foi a ação de plantar 30 árvores. A Instituição escolhida foi o **Centro de Educação Infantil Pró-Vida**. A equipe, no momento do planejamento da ação, percebeu que o benefício do plantio de árvores seria em longo prazo. Por essa razão, sugeriram à Diretoria um desafio que poderia ser colhido a curto prazo: o plantio de vegetais.

A equipe plantou mudas de legumes e vegetais, em uma quantidade maior do que o desafio do grupo.



A segunda entrega foi uma junção entre as ações de Doação de Fraldas, Doação de Cestas Básicas e Distribuição de Refeições. A Instituição escolhida para fazer a doação foi a **Cooperativa Sonho de Liberdade**, indicada pelo associado do PA 05, o Sr. Paulo César Santana, Pastor da Igreja Batista Koinonia de Águas Claras.

A equipe responsável pela distribuição de refeições averiguou que a ação iria beneficiar as famílias com apenas uma refeição. Assim, foi sugerido à Diretoria a troca da ação pela doação de cestas básicas. Essa mudança possibilitou que mais famílias fossem beneficiadas.

As equipes realizaram a entrega de **86 cestas básicas, 73 pacotes de fraldas e 132 caixas de leite**.



*“A nossa união, fez toda diferença.  
Levamos muito mais do que  
arrecadamos”*  
**Letícia Dônola**

A terceira entrega foi a união de dois grupos, Doação de Brinquedos e Doação de Alimentos e Produtos Domésticos. A Instituição escolhida para fazer a doação foi o **Instituto do Carinho**. As equipes entregaram mais de 40 brinquedos e mais de 40 itens entre Alimentos e Produtos Domésticos.



*“Sentir a realidade daquelas crianças fez toda a equipe refletir sobre a importância de cooperarmos”*  
**Ana Cécilia**

A quarta e última entrega foi a ação de Doação de Kit de Higiene Pessoal Feminina. A Instituição escolhida para fazer a doação foi o **Pamana, Posto de Assistência Maria de Nazaré**. A equipe realizou a entrega de 54 kits de Higiene Feminina. Os Kits foram embalados com todo cuidado e carinho pelo PA 01, e o resultado foi o esperado: um verdadeiro show de cooperativismo.

*“Fazer trabalho voluntário vai além de ser uma ajuda para quem precisa.”*  
**Alessandra Silva**





# CANAIS DE RELACIONAMENTO E LINKS UTÉIS

## Agência Virtual:

**Telefones:** (61) 2107 4000 | 0800 724 4000

**WhatsApp:** (61) 9 9984 2551

**E-mail:** [agenciavirtual@sicoobcrediembrapa.com.br](mailto:agenciavirtual@sicoobcrediembrapa.com.br)

## Site e Aplicativos:

**Site:** [sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa](http://sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa)

**Aplicativos:** [sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/canaisdigitais](http://sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/canaisdigitais)

## Redes Sociais:

**Instagram:** [instagram.com/sicoobcrediembrapa](https://www.instagram.com/sicoobcrediembrapa)

**Facebook:** [facebook.com/SicoobCrediEmbrapa](https://www.facebook.com/SicoobCrediEmbrapa)

**Twitter:** [twitter.com/crediembrapa](https://twitter.com/crediembrapa)

**LinkedIn:** [linkedin.com/company/sicoobcrediembrapa](https://www.linkedin.com/company/sicoobcrediembrapa)

## Políticas e Segurança:

**Políticas:** [sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/resolucoes](http://sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/resolucoes)

**Segurança:** [sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/seguranca](http://sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/seguranca)

**Canal Anônimo de Denúncias:** [shorturl.at/hDFR6](http://shorturl.at/hDFR6)

**Ouvidoria:** [ouvidoria.sicoob.com.br](http://ouvidoria.sicoob.com.br)

---

**Central de Atendimento**

Atendimento seg. a sex. de 8h às 18h  
Telefones: (61) 2107 4000 | 0800 724 4000  
WhatsApp: (61) 9 9984 2551

**SAC 24h**

0800 724 4420

**Ouvidoria Sicoob**

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996  
[www.ouvidoriasicoob.com.br](http://www.ouvidoriasicoob.com.br)

**Deficientes auditivos ou de fala**

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458

**Demais serviços de atendimento**

[sicoob.com.br](http://sicoob.com.br)



[/SicoobCrediEmbrapa](https://www.facebook.com/SicoobCrediEmbrapa)



[/SicoobCrediEmbrapa](https://www.linkedin.com/company/SicoobCrediEmbrapa)



[@CrediEmbrapa](https://www.instagram.com/CrediEmbrapa)



[@CrediEmbrapa](https://twitter.com/CrediEmbrapa)

